



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**BANCA COMERCIAL E DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO: O CRÉDITO À ECONOMIA ANGOLANA
(2002 A 2015)**

MALAMBA DOMINGOS FERRAZ FEITIO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR VÍTOR MAGRIÇO

JULHO 2017

Índice

RESUMO	2
ABSTRACT	3
AGRADECIMENTOS	4
GLOSSÁRIO	5
INTRODUÇÃO	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA: O PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	8
1.1. DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	8
1.2. SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: ABORDAGENS TEÓRICAS.....	10
1.3. SISTEMA FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: ABORDAGENS EMPÍRICAS.....	13
2. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO	15
2.1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO DE 2002 A 2015.....	15
2.2. SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO: O BANCO NACIONAL DE ANGOLA.....	18
2.3. BANCA ANGOLANA E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	20
3. CRÉDITO BANCÁRIO À ECONOMIA ANGOLANA	26
3.1. POLÍTICAS GOVERNAMENTAL E MONETÁRIA DE INCENTIVO AO CRÉDITO BANCÁRIO À ECONOMIA.....	26
3.2. CRESCIMENTO DO SISTEMA BANCÁRIO E EVOLUÇÃO DO CRÉDITO À ECONOMIA.....	28
3.3. CRÉDITO BANCÁRIO E CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	33
CONCLUSÃO	38
BIBLIOGRAFIA	40
ANEXOS	46

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica do sistema financeiro angolano desde 2002 até à atualidade, mais concretamente a dinâmica do sistema bancário, no sentido de poder tirar ilações sobre a influência que ele pode ter tido no crescimento económico de Angola. Procedeu-se a uma análise documental e tratamento estatístico de dados sobre o sistema bancário angolano e sobre o crescimento económico em Angola, ainda que com ferramentas muito simples, para além do conhecimento do autor, enquanto quadro do Departamento de Estudos Económicos do Banco Nacional de Angola. Concluiu-se que, apesar de existirem vinte e oito instituições bancárias em funcionamento em Angola, apenas cinco são imprescindíveis para o processo de intermediação financeira, ao deterem entre si, em média, mais de 75% de toda a quota de captação de depósitos e de concessão de crédito. Assim, pese embora o facto do sistema bancário angolano ter efectivamente contribuído para o crescimento económico do país, no período em análise, o aumento do número de bancos significou muito pouco na alavancagem do crescimento económico, por via do crédito bancário à economia, se excluídos os feitos e efeitos dos cinco maiores bancos.

Palavras-chave: Sistema Financeiro, Crescimento, Desenvolvimento, Sistema Bancário, Crédito, Supervisão, Intermediação Financeira.

ABSTRACT

This paper aims to understand the dynamics of the Angolan financial system from 2002 to the present, more specifically the dynamics of the banking system, in order to draw conclusions about the influence it may have had on Angola's economic growth. A documentary analysis and statistical treatment of data on the Angolan banking system and on economic growth in Angola was carried out, although with very simple tools, besides the author's knowledge as a member of Department of Economic Research of the National Bank of Angola. It was concluded that, although there are twenty-eight banking institutions operating in Angola, only five are essential for the financial intermediation process, with an average of more than 75% of the total deposit and granting of credit. Thus, despite the fact that the Angolan banking system actually contributed to the country's economic growth in the period under review, the increase in the number of banks meant very little in the leverage of economic growth, through bank credit to the economy, if excluded the achievements and effects of the five largest banks.

Keywords: Financial System, Growth, Development, Banking System, Credit, Supervision, Financial Intermediation.

AGRADECIMENTOS

A minha eterna e profunda gratidão pela conclusão deste Curso de Mestrado e por muito mais vai a Deus Pai Todo Poderoso e à Nossa Senhora, Santa Mãe de Deus.

À memória dos meus Pais;

Ao meu orientador, Professor Doutor Vítor Magriço;

À todo o corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, de modo muito particular à Professora Doutora Joana Leite;

À minha digníssima esposa, Helena Luwawa Feitio e às minhas cinco mulheres (Joselma Feitio, Rosa Feitio, Ângela Maurício, Margarida Feitio e Teresa Ferraz);

Ao meu amado Velho, Padre José Telmo Ferraz e ao Mais Velho, Carlos Falcão Ribeiro e toda a sua família;

Aos meus sogros, meus irmãos e familiares, ao meu padrinho, meus amigos e colegas deste mestrado e a todos os que, de maneira directa ou indirecta, contribuíram para tornar possível este mestrado.

A minha inteira e mais profunda gratidão.

Muitíssimo Obrigado a todos!

GLOSSÁRIO

BAI	BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, S.A.
BANC	BANCO ANGOLANO DE NEGÓCIOS E COMÉRCIO, S.A.
BCA	BANCO COMERCIAL ANGOLANO, S.A.
BCGA	BANCO CAIXA GERAL ANGOLA, S.A.
BCH	BANCO COMERCIAL DO HUAMBO, S.A.
BCI	BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA, S.A.
BCS	CREDISUL – BANCO DE CRÉDITO DO SUL, S.A.
BDA	BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA, S.A.
BE	BANCO ECONÓMICO, S.A.
BFA	BANCO DE FOMENTO ANGOLA, S.A.
BIC	BANCO BIC, S.A.
BIR	BANCO DE INVESTIMENTO RURAL, S.A.
BKI	BANCO KWANZA INVESTIMENTO, S.A.
BMF	BANCO BAI MICRO FINANÇAS, S.A.
BNA	BANCO NACIONAL DE ANGOLA
BNI	BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A.
BOCLB	BANCO DA CHINA LIMITADA – SUCURSAL EM LUANDA
BPA	BANCO MILLENNIUM ATLÂNTICO, S.A.
BPAN	BANCO PUNGO ANDONGO, S.A.
BPC	BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO, S.A.
BPG	BANCO PRESTÍGIO, S.A.
BPT	BANCO POSTAL, S.A.
BSOL	BANCO SOL, S.A.
BVB	BANCO VALOR, S.A.
ECO	ECOBANK DE ANGOLA, S.A.
FNB	FINIBANCO ANGOLA, S.A.
KEVE	BANCO KEVE, S.A.
Kz	KWANZAS (MOEDA ANGOLANA)
PIB pm	PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇOS DE MERCADO)
REF	RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA
SBA	STANDARD BANK DE ANGOLA, S.A.
SCBA	STANDARD CHARTERED BANK DE ANGOLA, S.A.
VTB	BANCO VTB ÁFRICA, S.A.
YETU	BANCO YETU, S.A.

INTRODUÇÃO

A relação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento económico tem sido abundantemente estudada e discutida na literatura. Os estudos existentes podem ser subdivididos em abordagens teóricas, de natureza mais dedutiva, e abordagens empíricas, mais indutivas, onde com base em dados para experiências concretas se tenta detetar e extrapolar para outros casos a existência dessa correlação bem como o sentido da causalidade. Em geral, tem-se concluído que a relação existe mas nem sempre tem sido possível chegar a conclusões concretas sobre o sentido da causalidade.

Há, no entanto, um certo consenso quando se distingue entre economias menos avançadas no processo de desenvolvimento e economias avançadas. No primeiro caso, sistemas financeiros pouco desenvolvidos são em geral considerados como entraves ao processo de crescimento económico, defendendo-se que este exige, à partida, medidas com impacto positivo sobre o sistema financeiro. Para este tipo de economias, a causalidade opera do sistema financeiro para o sistema económico, podendo considerar-se, portanto, que o desenvolvimento financeiro explica o crescimento económico.

Já no que diz respeito a economias mais avançadas, com mercados desenvolvidos, modernos, eficientes e liberalizados, tem-se argumentado que a procura de serviços financeiros por parte da economia real é o grande motor de desenvolvimento do próprio sistema financeiro. Neste caso, a causalidade aconteceria da economia real para o sistema financeiro, ou seja, o crescimento económico assumir-se-ia como variável explicativa do desenvolvimento financeiro.

Não sendo uma economia avançada, Angola será um caso onde o crescimento económico em muito depende da modernização e do desenvolvimento prévio do seu sistema financeiro, constituído basicamente por bancos. No entanto, desde a independência em 1975 até à paz definitiva em 2002, o país viveu a turbulência que é conhecida de todos e que fez com que as prioridades do governo angolano se centrassem sobretudo no esforço de guerra. A modernização do sistema financeiro, como em muitas outras áreas da economia e da sociedade, foi sendo adiada por falta de recursos e de condições.

Estabelecida a paz definitiva em 2002, o desenvolvimento económico com vista a combater a pobreza extrema e a fome tornaram-se as maiores prioridades centrais da política económica. Várias iniciativas legislativas tiveram como

objetivo incentivar o crescimento económico, destacando-se, para efeitos deste estudo, as que, direta ou indiretamente, tiveram impacto sobre o sistema financeiro. Importa também referir a política monetária entretanto seguida pelo Banco Nacional de Angola, com impacto sobre a estabilidade económica e o próprio processo de desenvolvimento, bem como o papel desse mesmo banco na regulação e supervisão do próprio sistema financeiro.

Neste contexto, é objetivo deste estudo compreender a dinâmica do sistema financeiro angolano desde 2002 até à atualidade, mais concretamente a dinâmica do subsistema bancário, no sentido de poder tirar ilações sobre a influência que ele pode ter tido no crescimento económico de Angola.

O trabalho desenvolvido baseou-se em análise documental e tratamento estatístico, ainda que com ferramentas muito simples, de dados sobre o sistema bancário angolano e sobre o crescimento económico em Angola. Muito contribuiu também a experiência do autor enquanto quadro do Banco Nacional de Angola.

No entanto, não é objetivo do trabalho fazer extrapolações a partir do caso estudado nem tirar conclusões definitivas sobre a suposta relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico e, muito menos, sobre o sentido da causalidade. Um trabalho dessa natureza exigiria outros dados e outra metodologia, opção que se deixa como sugestão para trabalhos futuros.

A dissertação está estruturada em três capítulos, cada um com três pontos, para além desta introdução e da conclusão. No capítulo 1, descreve-se sucintamente a organização de um sistema financeiro típico e passa-se em revista, de forma muito sucinta e necessariamente incompleta, alguma da literatura existente sobre a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico, quer na vertente das abordagens teóricas quer das abordagens empíricas. No capítulo 2, analisa-se a evolução do sistema bancário angolano desde 2002, discute-se o modelo de supervisão desse sistema e analisa-se a sua atividade de intermediação financeira. Por último, no capítulo 3, analisam-se as políticas governamentais e monetárias de incentivo ao crédito bancário, a evolução ao longo do tempo desse mesmo crédito e discute-se o possível impacto que essa evolução pode ter tido sobre o desempenho da economia angolana.

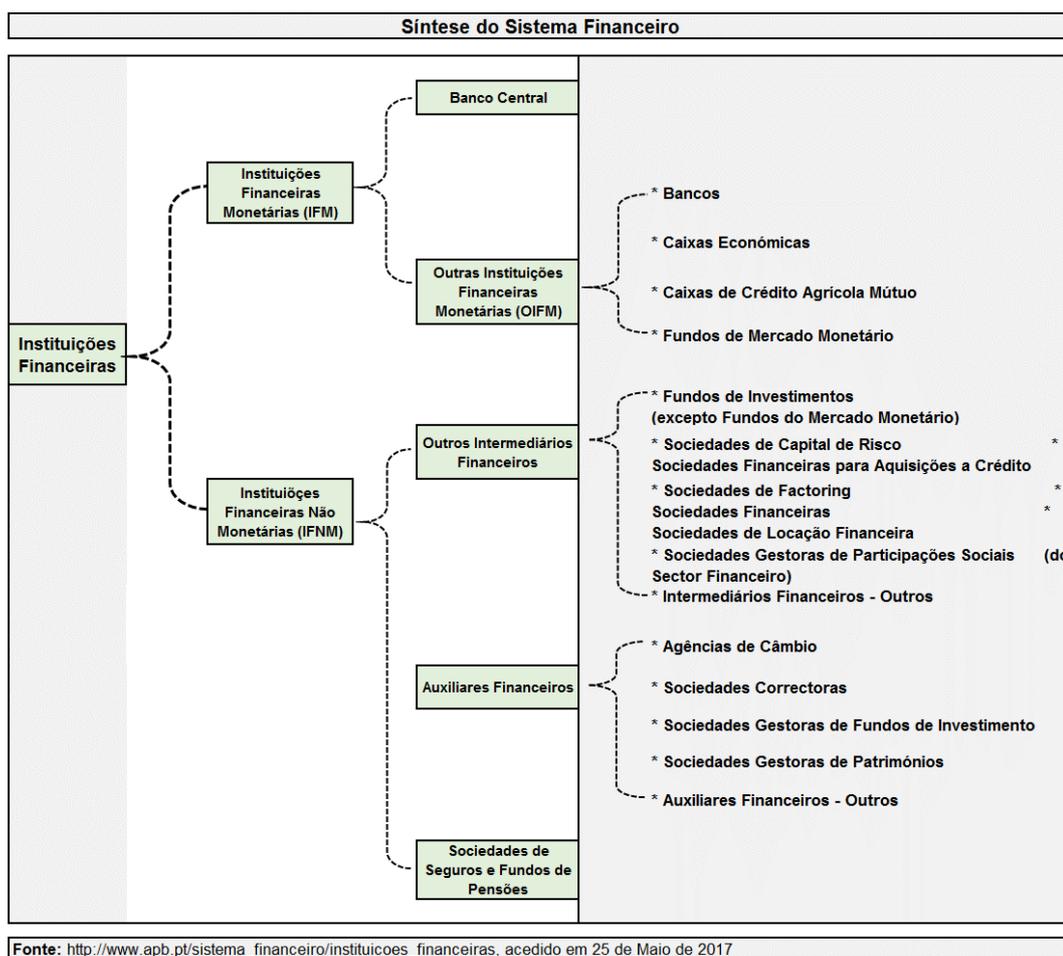
1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA: O PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

1.1. Definição e Caracterização do Sistema Financeiro

As diferentes abordagens teóricas caracterizam de diferentes formas o sistema financeiro, mas todas elas convergem na ideia de que as instituições financeiras acrescentam valor à economia real ao exercerem as funções de captação e de alocação de recursos entre os diferentes agentes económicos, mobilizando e facilitando, desta forma, os investimentos e o crescimento económico. O sistema financeiro compreende, pois, um conjunto de instituições que operam nos mercados financeiros e que asseguram, entre outras funções, a chamada intermediação financeira, isto é, a canalização da poupança para o investimento produtivo ou a ligação entre agentes económicos com capacidade de financiamento (aforradores) e agentes económicos com necessidade de financiamento.

A Figura 1 sintetiza a organização de um sistema financeiro típico. As instituições financeiras costumam subdividir-se em instituições financeiras monetárias (IFM) e em instituições financeiras não monetárias (IFNM), distinguindo-se as primeiras das segundas pela capacidade que têm de criar moeda. As IFM compreendem o banco central (BC) e as outras instituições financeiras monetárias (OIFM) como, por exemplo, os bancos comerciais e as caixas económicas. Nas IFNM costuma distinguir-se ainda entre sociedades de seguros e fundos de pensões e outros intermediários financeiros como os fundos de investimento ou as sociedades de *factoring*. Podemos considerar ainda como fazendo parte do sistema financeiro os chamados auxiliares financeiros, como as agências de câmbio ou as sociedades de corretores.

Figura 1 - Síntese do Sistema Financeiro



Para efeitos deste trabalho, interessam-nos apenas as instituições financeiras monetárias. Por um lado, interessa-nos o subsistema bancário, já que o objetivo primordial desta dissertação é a análise do crédito bancário enquanto instrumento central no crescimento e desenvolvimento económico de Angola. Por outro lado, interessa-nos o banco central enquanto agente da política monetária, cuja ação recai diretamente sobre as instituições bancárias e sobre a capacidade destas de alocação de recursos, via crédito bancário, à economia, e enquanto regulador e supervisor do sistema.

1.2. Sistema Financeiro e Desenvolvimento Económico: Abordagens Teóricas

Como se disse anteriormente, o objetivo central de qualquer sistema financeiro deve ser a intermediação financeira entre agentes económicos com diferentes necessidades. A intenção de investir nem sempre é compatível com a capacidade real de investir. Daí que um sistema financeiro desenvolvido deva ajudar na troca eficiente de informações, de valores e de interesses juntando, ainda que por via indireta, aqueles que apresentam balanços excedentários e aqueles que apresentam balanços deficitários. Em sistemas financeiros menos desenvolvidos estes processos não são eficientes dando origem a desperdícios de recursos, financeiros e outros, que em muito prejudicam o desempenho económico dos países.

O desenvolvimento do sistema financeiro diz respeito à capacidade das instituições financeiras de um país ou região de colocarem à disposição dos agentes económicos serviços que facilitem e intensifiquem as transações económicas (Matos, 2002). Donde, um processo de desenvolvimento da economia real consequente, eficiente e dinâmico, pressupõe a existência de um sector financeiro que agilize as transações e aloque os recursos de maneira eficiente entre aqueles que poupam e aqueles que investem. O crescimento da economia real é, portanto, um processo que, em sentido lato, depende do nível de desenvolvimento e da estabilidade do sistema financeiro, para além de uma boa gestão da política monetária a ele associado.

Carvalho (2002) faz uma reflexão interessante ao considerar que o crescimento económico depende da taxa de investimento e da produtividade dos projetos implementados. Mas, na prática, a implementação de projetos pode ter ineficiências associadas à má alocação de poupanças e a desperdícios. Estes problemas podem ser atenuados com a existência de um sistema financeiro eficiente, capaz de melhorar a produtividade por meio da melhor alocação de recursos e de aumentar a taxa de investimento, por meio da redução dos desperdícios. As oportunidades de investimento requerem financiamento compatível com seus padrões de retorno, risco e prazo de maturação. Um sistema financeiro desenvolvido e eficiente deve ser capaz de dar resposta a estes requisitos.

Ainda segundo Carvalho (2002), a tese de que o desenvolvimento financeiro exerce efeitos positivos sobre o desenvolvimento económico não é recente, mencionando que Schumpeter destacou na sua Teoria do Desenvolvimento Económico (1912) o papel dos bancos no financiamento das inovações tecnológicas. Também John Hicks, em *A Theory of Economic History* (1969), argumentou que a evolução do sistema financeiro desempenhou um papel fundamental na revolução industrial.

Continuando a citar Carvalho (2002), o papel primordial do sistema financeiro dentro do sistema económico é facilitar a alocação dos recursos existentes e isso equivale a facilitar a troca de bens e serviços e a facilitar a transferência de poupanças entre supridores e tomadores finais, dentro de um conjunto de seis funções básicas que devem nortear os sistemas financeiros:

- 1 – A mobilização de recursos;
- 2 – A alocação de recursos no espaço e no tempo;
- 3 – A informação e monitoração de empresas;
- 4 – A administração e alocação de riscos;
- 5 – A liquidação de obrigações e realização de pagamentos; e
- 6 – A geração e divulgação de informação útil aos diversos sectores da economia.

Todas estas funções visam, em último recurso, gerir o maior problema do sistema financeiro e dos mercados que é a assimetria de informação, tornando, deste modo, os mercados mais eficientes a fim de resgatar a confiança dos agentes económicos. Quanto mais credível for o sistema financeiro, maior segurança têm os aforradores e maior será o montante de poupança destinado a financiar os investimentos e a estimular o crescimento económico.

Matos (2002), por sua vez, considera a linha teórica principal e mais tradicional, fundamentada nos modelos de crescimento económico endógeno, onde têm origem as formulações pioneiras de Schumpeter (1959, publicado em 1911), Goldsmith (1969) e, mais recentemente, McKinnon (1973) e Shaw (1973). Considera um conjunto extenso de modelos que têm postulado a hipótese de que o desenvolvimento financeiro afeta diretamente o crescimento económico, visão que é sustentada precisamente por considerável evidência empírica

[Pagano (1993)]. Nesta ótica, mercados financeiros eficientes, ao estenderem a disponibilidades de serviços financeiros, são condutores e dinamizadores da oferta diante da procura do sector real da economia [Darrat (1999)].

Para Levine (1997) e Khan e Senhadji (2000) a importância teórica do desenvolvimento financeiro como fator de estímulo ao crescimento da economia fundamenta-se nos pressupostos de que os intermediários financeiros garantem proteção e segurança aos agentes económicos, na gestão de riscos, sobretudo os ligados às assimetrias de informação. Contribuem também para a alocação eficiente de recursos, o monitoramento e a gestão empresarial, a mobilização ou captação de poupanças e a criação de uma infraestrutura eficiente que facilita a relação de troca de bens e serviços com a dinâmica de uma economia de mercado. Esta alocação eficiente de recursos na economia é que, em suma, estimula e fomenta a atividade e o crescimento económico.

Mais recentemente, King e Levine (1993) formularam o modelo de crescimento económico endógeno, no qual o argumento básico é que os intermediários financeiros reduzem as ineficiências, ao adquirir informações sobre a qualidade dos projetos de indivíduos, indisponíveis para os investidores privados e para os mercados públicos, obtendo, assim, vantagem informacional no financiamento de empresas menos sólidas, mas com potencial de desenvolvimento de produtos intermédios e finais inovadores.

Contudo, também podemos encontrar autores que discordam da existência duma relação direta positiva causal entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento económico, e mesmo outros que chegam a defender a existência duma relação negativa. Por exemplo, Joan Robinson (1952) argumenta que o desenvolvimento da atividade bancária é irrelevante, pois resulta naturalmente do aumento geral das relações de troca que decorrem do crescimento económico ou do desenvolvimento industrial, para com isso defender a ideia contrária, segundo a qual o desenvolvimento financeiro não determina crescimento económico, mas sim que o crescimento económico explica o desenvolvimento do sistema financeiro.

1.3. Sistema Financeiro e Desenvolvimento Económico: Abordagens Empíricas

Como visto no ponto anterior, as abordagens teóricas, na generalidade, são quase unânimes sobre a associação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento económico. Porém, a problemática da causalidade representa o ponto crítico das discussões, como argumenta Matos (2002). Nas evidências empíricas, os resultados obtidos, apesar de, em geral, darem suporte à hipótese de relação positiva entre indicadores de desenvolvimento financeiro e crescimento económico, nem sempre concluem sobre o sentido da causalidade. De forma muito sucinta, mencionamos neste ponto alguns dos estudos efetuados.

Levine e Zervos (1997) procuraram verificar uma possível correlação entre desenvolvimento do sistema bancário, desenvolvimento do mercado de capitais e crescimento do produto. Concluíram que o grau de liquidez do mercado está fortemente correlacionado com o crescimento, a acumulação de capital e a produtividade (detalhado no anexo I).

Raghuram e Zingales (1998) concluíram que em países com maior desenvolvimento financeiro, empresas fortemente dependentes da mobilização de recursos se desenvolvem de forma mais rápida que as que independem desses recursos, como detalhado no anexo I.

Khan e Senhadji (2000), que após discutir várias medidas alternativas de profundidade financeira ou desenvolvimento financeiro, concluem com evidências empíricas de que existe relação direta entre o sistema financeiro e o crescimento económico (ver anexo I).

Darrat (1999), fez uso de uma abordagem trivariada para o teste de causalidade de Granger, usando dados de países do Médio Oriente (Arábia Saudita, Turquia e Emirados Árabes Unidos). Reuniu evidências que, em geral, dão suporte à hipótese de que a profundidade financeira é um fator causal necessário para o crescimento económico, embora a extensão dessa evidência varie entre países e em função da *proxy* usada para medir a profundidade financeira, ou seja, o desenvolvimento económico varia de acordo com a profundidade financeira de cada país.

Rousseau e Wachtel (1998) analisaram o papel da intermediação financeira na fase de rápido crescimento de cinco economias industrializadas (Canadá, Estados Unidos, Noruega, Suécia e Reino Unido) antes da Grande Depressão. Os resultados obtidos dão conta de que existe uma importante

ligação entre o papel da intermediação financeira e os resultados do sector real da economia daqueles cinco países, sendo que os mesmos estudos ainda concluíram que os efeitos de retroalimentação foram consideravelmente não-significativos.

Asteriou e Price (2000) investigaram, no contexto de modelos de crescimento endógeno, duas hipóteses sobre a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico. Concluíram que, na primeira hipótese, como se considera que o sistema financeiro é seguidor da procura de recursos financeiros, o desenvolvimento financeiro não afeta o crescimento económico. Na segunda hipótese, em que se considera o sistema financeiro como condutor da oferta de recursos financeiros, o seu desenvolvimento afeta o crescimento da economia real. Por meio de testes de cointegração e de causalidade, as evidências dão forte apoio à hipótese de que o sistema financeiro é condutor da oferta de recursos e, assim sendo, contribui significativamente para o crescimento económico, quando medido pelo PIB *per capita*.

Goldsmith (1969) usa o valor dos ativos dos intermediários financeiros dividido pelo PIB, como uma medida do desenvolvimento financeiro, chegando à conclusão de que existe uma correlação positiva entre o nível de desenvolvimento financeiro e a taxa de crescimento do PIB (ver anexo I).

Existem ainda outros autores que apresentam evidências empíricas que dão conta de uma relação direta e positiva entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento económico, como Beck *et al.* (1999), Berthelemy e Varoudakis (1996), Cull (2001) e King e Levine (1993a e 1993b), Monte e Távora Júnior (2000), Triner (1996) e Levine e Zervos (1998). Estes últimos reconhecem que apesar do debate sobre a importância do desenvolvimento financeiro para o crescimento económico ter sido considerável e não obstante haver um grande número de autores que sustentam a existência e a relevância de impactos diretos do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento da economia fortemente apoiado em amplas evidências empíricas, o sentido de causalidade entre essas duas variáveis merece uma avaliação empírica separada e cuidadosa.¹

¹ Sobre a temática dos estudos empíricos, consultar o Anexo I.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO

2.1. Evolução do Sistema Bancário Angolano de 2002 a 2015

Actualmente, o sistema bancário angolano é constituído por 29 instituições bancárias, cujo controlo de capitais se divide entre o público, o privado nacional e o privado estrangeiro (representação de filiais de bancos estrangeiros). Dessas 29 instituições, uma ainda não iniciou as suas atividades, estando, no entanto, autorizada a fazê-lo. Angola tem, portanto, em pleno funcionamento 28 instituições bancárias.

Até ao ano de 2002 o sistema bancário angolano era constituído apenas por dois bancos públicos, o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI), cujas atividades começaram em 1976 e em 1991, respetivamente², por cinco bancos privados de capital angolano³, o Banco Caixa Geral Angola (BCGA), cuja atividade começou em 1993, o Banco Comercial Angolano (BCA) e o Banco Angolano de Investimentos (BAI), cujas atividades começaram em 1996, o Banco Sol (SOL), cuja atividade começou em 2000, e o Banco Económico (BE), ex-Banco Espírito Santo Angola, cuja atividade começou em 2001, e por um banco privado de capitais estrangeiros, o Banco de Fomento Angola (BFA), cuja atividade começou em 1993.

De 2002 a 2015 o sistema bancário cresceu 263% em número de instituições, representando um incremento de 21 instituições bancárias, conforme Tabela 1. Logo em 2003, entraram em funcionamento dois bancos privados de capitais nacionais, o Banco Keve (KEVE) e o Banco BAI Micro Finanças (BMF). Em 2005, iniciaram as suas atividades mais dois bancos privados de capitais nacionais, o Banco Bic (BIC) e o Banco de Negócios Internacional (BNI). Em 2006, entram em funcionamento cinco bancos, um de capitais públicos, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), três de capitais privados nacionais, o Banco Privado Atlântico (BPA), o Banco Millennium Angola (BMA)⁴ e o Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC), e um de capitais estrangeiros, o Banco VTB África (VTB). Em 2007, nasceu um banco de capitais

² BNA - Relatório de Estabilidade Financeira 2015 (pág. 41).

³ A designação capital angolano ou privado nacional tem a ver apenas com o controlo do capital, assim como a designação capital estrangeiro tem a ver com filiais de bancos estrangeiros em Angola.

⁴ O BPA e o BMA chegaram a fundir-se em 25 de Abril de 2016, ver <http://portocanal.sapo.pt/noticia/89215>., acedido em 28 de Maio de 2017.

nacionais, o Banco Kwanza Investimento (BKI) e outro de capitais estrangeiros, o Finibanco Angola (FNB). Em 2009, entraram em funcionamento outros dois bancos privados, o Banco Comercial do Huambo (BCH), de capitais nacionais, e o Standard Bank de Angola (SBA), de capitais estrangeiros. Em 2010, apenas um banco iniciou as suas atividades, o Banco Valor (BVB), banco privado de capitais estrangeiros. Em 2013, apareceram mais cinco bancos privados, dos quais quatro de capitais nacionais, o Banco Yetu (YETU), o Banco Prestígio (BPG), o Banco Pungo Andongo (BPAN) e o Banco de Investimento Rural (BIR), e um de capital estrangeiro, o Standard Chartered Bank de Angola (SCBA). Finalmente, em 2015, um novo banco privado de capitais nacionais inicia as suas funções, o Banco de Crédito do Sul (BCS), perfazendo assim as 28 instituições bancárias em pleno funcionamento em Angola em 2015.

Este aumento tão significativo do número de instituições bancárias num espaço de tempo tão curto muito se deve ao clima de paz e de estabilidade política que o país conheceu com o fim da prolongada guerra civil em 2002 e que afetou muito positivamente o dinamismo da economia angolana.

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) do BNA (2015), Angola apresentava em 2015 um total de 1478 agências ou dependências bancárias em toda a extensão do território nacional, sendo que 63% destas agências, ou seja, 931, se encontravam concentradas em Luanda. Contudo e apesar de terem surgido 21 novos bancos em apenas 13 anos, a taxa de bancarização⁵ da economia angolana, parece não ter acompanhado este crescimento da banca, pois em 2011 situava-se em 41,87%⁶. Atualmente, a taxa de bancarização é de 52,79%, correspondendo a 7.390.861 contas abertas no sistema bancário angolano, para um país que tem uma população de 25,79 milhões de habitantes, dos quais 14 milhões com idade superior a 15 anos. Apesar da melhoria verificada, a baixa taxa de bancarização representa uma limitação na captação de recursos financeiros que se podem destinar a financiar investimentos, por via do crédito bancário.

⁵ Taxa de Bancarização é o número de contas bancárias abertas no sistema bancário, sobre o total da população adulta (igual ou superior a 15 anos, em Angola).

⁶ BNA - REF (2015:66).

Tabela 1 – Evolução do Sistema Bancário Angolano

Evolução do Sistema Bancário Angolano 2002 a 2015				
Anos	Nº de Bancos	Controlo do Capital	Designação do Banco	Total Bancos no Sistema
Até 2002	2	Público	BCI e BPC	8
	5	Privado Nacional	BCA; BAI; SOL; BE e BCGA	
	1	Privado Estrangeiro	BFA	
2003	2	Privado Nacional	KEVE e BMF	10
2005	2	Privado Nacional	BIC e BNI	12
2006	1	Público	BDA	17
	3	Privado Nacional	BPA; BMA e BANC	
	1	Privado Estrangeiro	VTB	
2007	1	Privado Nacional	BKI	19
	1	Privado Estrangeiro	FNB	
2009	1	Privado Nacional	BCH	21
	1	Privado Estrangeiro	SBA	
2010	1	Privado Estrangeiro	BVB	22
2013	4	Privado Nacional	YETU; BPG; BPAN e BIR	27
	1	Privado Estrangeiro	SCBA	
2015	1	Privado Nacional	BCS	28
	1	Privado Nacional	ECOBANK está autorizado a funcionar, mas ainda não iniciou a sua actividade.	29

Fonte: BNA - Relatório de Estabilidade Financeira 2015

2.2. Supervisão do Sistema Financeiro Angolano: O Banco Nacional de Angola

A supervisão do sistema financeiro, em geral, e do subsistema bancário, em particular, é uma das condições mais importantes para a confiança dos *stakeholders*. Como se disse anteriormente, as instituições financeiras existem para facilitar as trocas. Nos mercados, em geral, e nos mercados financeiros, em particular, as trocas assentam em direitos de propriedade e em contratos. Para se efetivarem, é necessário que exista um objecto de troca e direitos estabelecidos sobre esse objeto, seja ele tangível ou intangível (bens, serviços ou mesmo ideias) (Pereira 2008). No mercado bancário, a supervisão deve regular eficazmente os direitos de propriedade por forma a garantir a confiança dos agentes económicos e facilitar as trocas.

Sistemas financeiros mais desenvolvidos em termos de supervisão são mais credíveis para os agentes económicos e tendem a ser mais eficientes na captação e na alocação de recursos, tornando-se mais eficazes para o crescimento económico. A supervisão bancária é, portanto, uma ferramenta fundamental para o correto funcionamento do sistema bancário.

Como escreve Matos (2002), os países onde o sistema legal enfatiza os direitos do credor e protege rigorosamente os contratos possuem um setor bancário mais desenvolvido do que os países onde a lei não dá alta prioridade aos credores e o direito de propriedade existente é frouxo ou ambíguo. A componente exógena do desenvolvimento financeiro – definida como ambiente legal (legislação) - está positiva e fortemente associada ao desenvolvimento económico de longo prazo.

Neste sentido, o Banco Nacional de Angola (BNA), no âmbito do cumprimento da sua missão, na qualidade de órgão regulador e supervisor do sistema financeiro angolano, particularmente do setor bancário, estabelece normas prudenciais e de conduta para a atuação das instituições financeiras sob a sua jurisdição, nomeadamente quanto à sua organização contabilística, estruturas de receitas e controlo interno, bem como as informações e respetiva periodicidade a prestar ao BNA e ao público (BNA, 2015).

Objetivamente, esta regulação e monitoramento do sistema financeiro que o BNA faz, com normativos e procedimentos bem definidos (ver anexo II), visa, em última análise, garantir os direitos de propriedade e facilitar as trocas no mercado financeiro, salvaguardando os interesses dos depositantes, investidores e outros credores.

De acordo com o próprio organigrama⁷, o Banco Nacional de Angola tem, hoje, seis Departamentos que, de maneira directa ou indirecta, tratam de assegurar a supervisão e estabilidade do sistema financeiro angolano:

a) Departamento de Supervisão Prudencial (DSI), com a responsabilidade de zelar pela estabilidade e confiança no sistema financeiro nacional.

b) Departamento de Supervisão Comportamental (DSC), com a responsabilidade de zelar pelo rigor e transparência das instituições supervisionadas pelo Banco Central, no seu relacionamento com os consumidores de produtos e serviços financeiros.

c) Departamento de Regulação e Organização do Sistema Financeiro (DRO), que realiza estudos e elabora propostas de normas aplicáveis ao sistema financeiro, no domínio da supervisão prudencial e comportamental, em linha com as melhores práticas internacionais, e analisa e propõe a autorização para a constituição de instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola.

d) Departamento de Controlo do Sistema Financeiro (DCS), com a responsabilidade de assegurar a prevenção e análise de operações suspeitas de branqueamento de capitais e outros crimes financeiros, mediante análise da informação respeitante a esta matéria.

e) Departamento de Educação Financeira (DEF) que contribui para a inclusão financeira, assegurando o fomento da literacia financeira da população, bem como a eficiência e estabilidade do sistema financeiro.

⁷ http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=170&idsc=177&idl=1, acessido em 28 de Maio de 2017.

f) Provedoria do Consumidor de Serviços e Produtos Financeiros (PSF) que garante a tutela dos direitos do consumidor de produtos e serviços financeiros, junto das instituições financeiras supervisionadas pelo BNA, assegurando, desta forma, uma relação de maior confiança, transparência e rigor, com vista à solidez do sistema financeiro nacional.

Apesar dos esforços e da extensão das estruturas que existem para garantir a eficiência do sistema bancário angolano, ainda existem problemas que clamam por uma melhoria na forma como é tratado o cliente bancário em Angola. Segundo o BNA (2015), durante o ano de 2015, foram recebidas por reporte no Banco Nacional de Angola 12.931 reclamações de clientes, contra as 6.576 de 2014, registando-se um aumento de 96,64% em relação ao ano anterior. Importa destacar que os bancos privados nacionais foram os mais reclamados (6.204 reclamações), seguidos dos bancos privados estrangeiros (5.654 reclamações) e dos bancos públicos (1.073 reclamações). No cômputo das diversas reclamações, regista-se um elevado número de violações contratuais nas matérias respeitantes a (i) cartões de pagamentos, (ii) atendimento, (iii) *internet banking*, (iv) transferências, (v) contas de depósitos, (vi) créditos e (vii) operações com numerários.

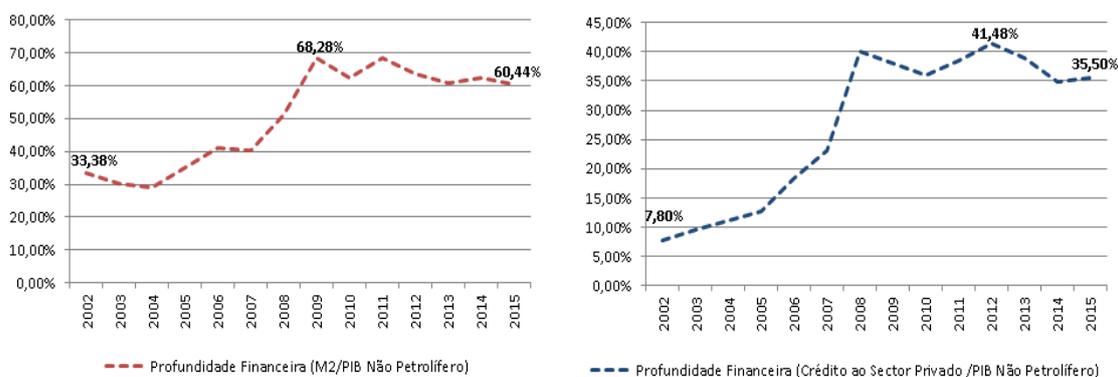
2.3. Banca Angolana e Intermediação Financeira

A qualidade da intermediação financeira determina o nível de desenvolvimento financeiro, uma das possíveis variáveis explicativas do crescimento económico, como se viu anteriormente. A intermediação financeira é geralmente medida pelo nível de aprofundamento financeiro ou densidade financeira que, segundo Carvalho (2002) é a razão entre a soma da moeda mantida por instituições não-financeiras, depósitos, e obrigações onerosas de bancos e outros intermediários financeiros e o PIB. Ainda segundo Carvalho (2002), o nível de desenvolvimento financeiro pode ser medido como a razão entre o crédito bancário ao setor privado e o PIB. Cheng (1999) considera que a razão M2/PIB incorpora as condições de oferta de moeda que geram impactos de primeira ordem sobre as decisões de poupar e de investir, sendo que uma

elevada e crescente razão M2/PIB indica um fluxo maior de fundos emprestáveis à economia real. No entanto, para Matos (2002) a utilização de agregados monetários amplos sobre o PIB, apesar de usual, apresenta problemas pelo facto de uma expressiva parcela desses agregados em países em desenvolvimento poder ser mantida fora do sistema financeiro, podendo explicar as baixas taxas de bancarização nesses países.

Considerando os conceitos acima expostos, verifica-se que a banca angolana tem apresentado grande evolução ao nível da intermediação financeira. Quando medido pelo agregado monetário M2/PIB, em 2002, com um sistema bancário constituído por apenas 8 instituições, o agregado M2 da economia angolana representava apenas 33,38% do seu produto interno bruto (não petrolífero), conforme Gráfico 1. Com a evolução da actividade económica, este indicador foi apresentando uma evolução positiva ao longo dos anos, tendo atingido os 68,28% em 2009, com um total de 21 bancos a operar no sistema bancário e situando-se em 60,44% do PIB em 2015, com 28 instituições bancárias em funcionamento.

Gráfico 1: Profundidade Financeira



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Quando medido pela razão do crédito bancário ao sector privado pelo PIB⁸, este indicador também apresenta uma evolução de crescimento acentuado ao longo do tempo. Em 2002, o crédito que a banca angolana concedeu ao

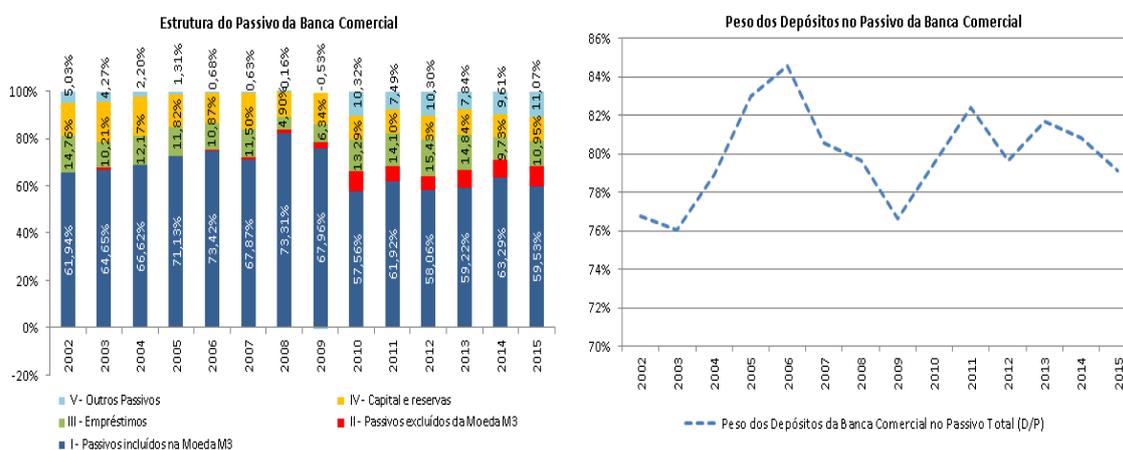
⁸ Para ambos os casos utilizou-se o PIB não petrolífero para extrair os efeitos do sector petrolífero na actividade real da economia. Angola contabiliza o PIB total que inclui o sector petrolífero e o PIB não petrolífero para melhor mensurar a actividade real da economia, excluindo este sector que muito contribui para o PIB.

sector privado representava apenas 7,8% do seu produto interno bruto (não petrolífero). Em 2012 este rácio atingiu o seu ponto mais alto, situando-se em 41,48% e em 2015, já com a desaceleração da economia angolana, por conta da crise petrolífera iniciada em 2014, este valor situou-se em 35,5%.

Quanto mais próximos da unidade forem estes rácios melhor. Atendendo à baixa taxa de bancarização da economia angolana (52,79% em 2015, como se viu anteriormente) e à fraca sofisticação do próprio sistema financeiro, a evolução destes indicadores revela-se promissora, pese embora clamem por maior intervenção da autoridade monetária. Com efeito, o BNA deverá desenvolver esforços consideráveis no processo de inclusão financeira e de melhoria da supervisão bancária, de modo a elevar a credibilidade do sistema e a taxa de bancarização nacional e contribuir para a melhoria dos indicadores apresentados.

De acordo com o Relatórios e Contas de 2015 do BNA, a composição do passivo total da banca comercial, em 2015, apresentou uma evolução positiva, por conta do aumento dos depósitos que representam a maior fonte de captação de recursos das instituições bancárias, conforme Gráfico 2. O processo de intermediação financeira em Angola tem sido fortemente sustentado pela captação de recursos nacionais. A evolução de 2002 a 2015 mostra que os depósitos representaram sempre, em média, cerca de 80% do passivo da banca comercial, o que revela um excelente suporte para as alocações de investimentos por via do crédito bancário.

Gráfico 2: Composição do Passivo da Banca Comercial

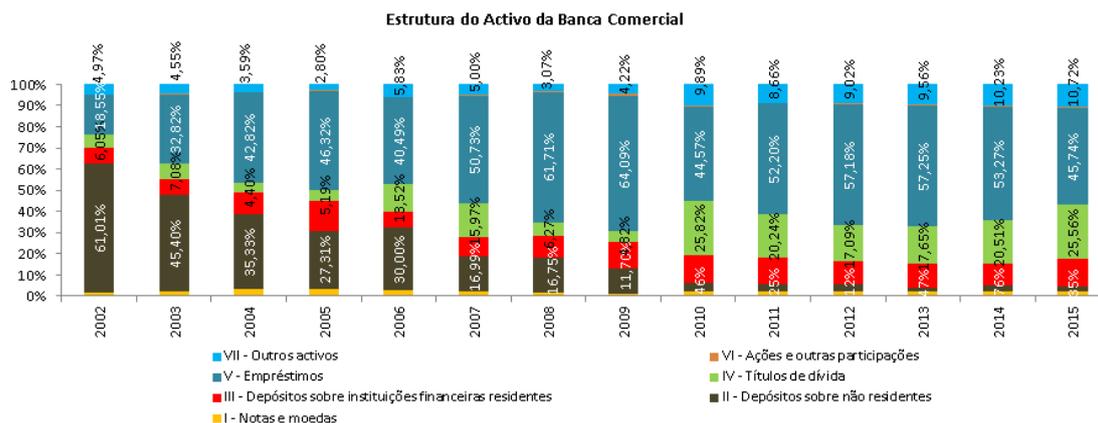


Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Apesar destes números parecerem animadores, podem não significar uma melhoria na qualidade dos serviços bancários prestados. Como descrito no capítulo III, da proporção média de 80% que os depósitos ocupam no passivo total, apenas cinco bancos, num conjunto de 28, detêm e detiveram sempre (ao longo do período em análise), mais de 75% de toda a quota de mercado de crédito e de depósitos, sendo que no conjunto destes cinco, figura um banco público (BPC) que, por si só, detêm, em média, 19% de toda a quota do mercado de créditos e de depósitos. Importa ainda mencionar que o grande domínio de mercado que este banco tem não se deve ao seu melhor perfil de eficiência e qualidade de serviços em relação à concorrência, mas sim ao facto de ser detentor das contas do Estado e das da maior parte dos funcionários dos públicos, num contexto em que, por sinal, é ainda o Estado o maior empregador da economia angolana.

Quanto aos ativos da banca comercial, tem havido uma evolução mais acentuada na sua composição, conforme Gráfico 3. Enquanto os depósitos mantêm a trajetória de maior peso na composição do passivo, no ativo tem-se vindo a verificar uma certa redução das disponibilidades por contrapartida de um aumento do crédito e dos investimentos em títulos da dívida pública. Relativamente ao crédito concedido, cujo peso aumenta muito consideravelmente entre 2002 e 2015, será objeto de uma análise mais detalhada no capítulo 3.

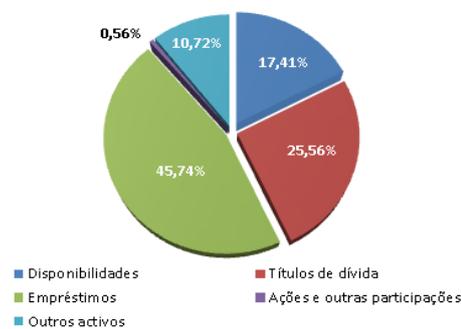
Gráfico 3: Composição do Ativo da Banca Comercial



Estrutura do Activo da Banca Angolana em 2002



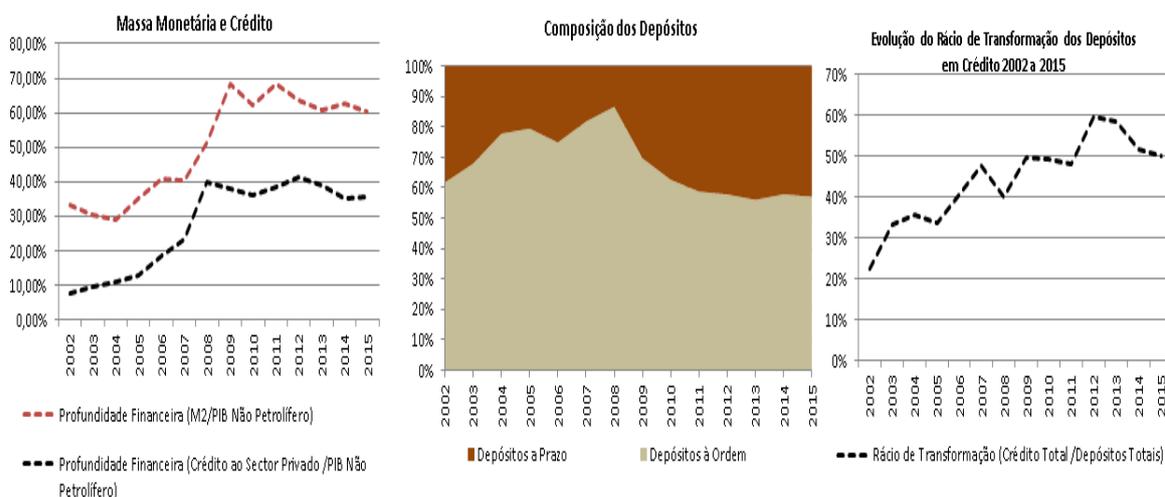
Estrutura do Activo da Banca Angolana em 2015



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

De acordo com Jung (1986), se a monetização é assegurada pela razão do M2/PIB que capta o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do sector financeiro, as mudanças na estrutura do agregado M2 podem significar preferências por liquidez ou maior propensão à poupança, o que pode favorecer a acumulação de capital e promover o crescimento económico por incremento do crédito. Onde, a necessidade do sistema bancário angolano apostar na melhoria da qualidade dos serviços bancários e na inovação de produtos financeiros que estimulem a poupança. Para um sistema bancário com baixa taxa de bancarização, a melhoria da qualidade de serviços, a oferta de produtos bancários inovadores e a credibilidade do próprio sistema são fundamentais para incentivar os clientes a aderirem aos depósitos a prazo, de modo a alocar estes recursos aos investimentos de longo prazo.

Gráfico 4: Composição dos Depósitos e Rácio de Transformação



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Verifica-se que o nível de liquidez, quando medido pela proporção dos depósitos à ordem, ainda é muito elevado, quando comparado com o peso dos depósitos prazo, conforme Gráfico 4. Porém, a taxa ou o rácio de transformação dos depósitos em crédito à economia angolana tem vindo a aumentar ao longo do tempo, subindo de 22% em 2002 para os 50% em 2015. É, no entanto, um rácio ainda muito baixo, considerando a proporção de depósitos que os bancos captam para a sua carteira de depósitos. Se por cada kwanza que um banco tem disponível para emprestar, ele prefere emprestar apenas 0,5, tem de haver outras opções de mercado, dentro das quais ele aloca o valor da diferença. E essas outras opções podem não ser as mais acertadas em matéria de impacto sobre o crescimento económico.

3. CRÉDITO BANCÁRIO À ECONOMIA ANGOLANA

3.1. Políticas Governamental e Monetária de Incentivo ao Crédito Bancário à Economia

No rescaldo da crise económica e financeira de 2008, o governo angolano aprovou um conjunto de Decretos Presidenciais de fomento à atividade empresarial que, umas vezes por via direta e outras por via indireta, tiveram implicações importantes sobre o sistema financeiro em geral e sobre os bancos em particular. Estes decretos tiveram também implicações sobre o modelo de financiamento à economia angolana, em particular sobre os processos de concessão de crédito. De entre esses diplomas destacam-se os seguintes:

a) Decreto Presidencial n.º 40/12 de 13 de Março, que criou o Balcão Único do Empreendedor (BUE) e que aprovou o seu estatuto orgânico. O BUE consta do plano integrado de desenvolvimento do comércio e empreendedorismo e tem como objectivo fundamental promover e impulsionar o crescimento económico sustentável, visando a redução da pobreza, tendo por finalidade a desburocratização dos actos de constituição e licenciamento das micro e pequenas empresas, de modo a transformar as actividades económicas informais em actos de comércio formais, com financiamentos do Estado angolano, por via do banco público BPC⁹.

b) Decreto Presidencial n.º 41/12 de 13 de Março, que aprovou o Modelo de Implementação do Programa de Apoio às Micro, Pequenas, e Médias Empresas – Programa Angola Investe, que compreende linhas de crédito bonificado com mecanismos de garantias públicas. Este é o maior programa de apoio ao empresariado nacional, com financiamentos bancários de montantes elevadíssimos, salvaguardados por uma garantia pública de até 70% do crédito concedido. Trata-se de uma linha de crédito de médio/longo prazo, protocolada entre o governo angolano e 20 instituições bancárias existentes no país.¹⁰

c) Decreto Presidencial n.º 42/12 de 13 de Março, que aprovou o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio que visa promover o

⁹ http://paloptl.dev4.javali.pt/sites/default/files/decreto_presidencial_no_40-12_13_de_marco.pdf, acedido em 28 de Junho de 2017.

¹⁰ <http://www.minec.gov.ao/vernoticia.aspx?id=30294>, acedido em 28 de Maio de 2017.

desenvolvimento e a consolidação dos negócios de pequena dimensão, facilitando o acesso ao crédito aos micro-empresendedores, em condições ajustadas à dimensão e natureza das iniciativas individuais e, ainda, à capacitação e aumento da oferta de bens e serviços e a criação de postos de trabalho.¹¹

d) Decreto Presidencial nº 78/12 de 04 de Maio, que criou o Fundo de Garantia de Crédito e aprova o seu regulamento.

e) Decreto Presidencial nº 79/12 de 04 de Maio, que aprovou o Regulamento da Actividade das Sociedades de Garantia de Crédito.

f) Decreto Presidencial 108/12 de 7 de Junho, que criou o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), o qual se define como um fundo público de capital de risco, focado em investir nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) angolanas, na sua criação, inovação e expansão dos seus negócios. O FACRA oferece às MPME uma nova plataforma de investimento e a oportunidade de explorar o vasto mercado angolano, quer expandindo negócios já existentes quer lançando novas iniciativas.¹²

No âmbito da política monetária, de 2002 a 2015 o Banco Nacional de Angola utilizou muitos instrumentos de política monetária, com vista a salvaguardar o valor da moeda (controlo da inflação) e fomentar o crescimento económico (viabilizar o crédito bancário à economia).

Até ao ano de 2010, o BNA utilizou maioritariamente os Coeficientes de Reservas Obrigatórias, as Taxa de Redesconto, os Títulos do Tesouro (BT) e os Títulos do Banco Central (TBC) como instrumentos de transmissão da política monetária, sem excluir o mecanismo de esterilização *ex-ante*, por via do mercado cambial, que sempre foi utilizado, sobretudo, para a estabilidade da taxa de câmbio e o controlo da inflação. Entre 2014 e 2015, o BNA vendeu aos bancos comerciais um montante total de USD 36.468.053.926,67, sendo USD 19.174.508.014,29 em 2014 e USD 17.293.545.912,38 em 2015, para a estabilidade da taxa de câmbio e controlo da inflação (BNA, 2015).

¹¹ <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ang118357.pdf> acedido em 28 de Junho de 2017.

¹² <http://www.facra-angola.com/wp-content/uploads/2015/01/Fundo-Activo-de-Capital-de-Risco-Angolano-FACRA-realiza-f%C3%B3rum-sobre-investimentos.pdf> acedido em 28 de Junho de 2017.

Em 2011, o BNA introduziu o Novo Quadro de Política Monetária, com novos instrumentos de política que foram desde a criação de uma taxa de referência, a taxa BNA, as taxas de Facilidades Permanentes de Absorção e Cedência de Liquidez, até às taxas LUIBOR com diferentes maturidades, incluindo a taxa Luibor Overnight.

A Política Monetária do BNA em 2015 foi de certa forma contracionista com o objectivo de capitalizar o Tesouro Nacional. O BNA fixou a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez em zero, o que permitiu à banca comercial investir o seu excesso de liquidez em Títulos do Tesouro, de modo a financiar o governo que teve necessidades de liquidez, por conta da crise dos preços do petróleo que reduziu a receita do Estado.

3.2. Crescimento do Sistema Bancário e Evolução do Crédito à Economia

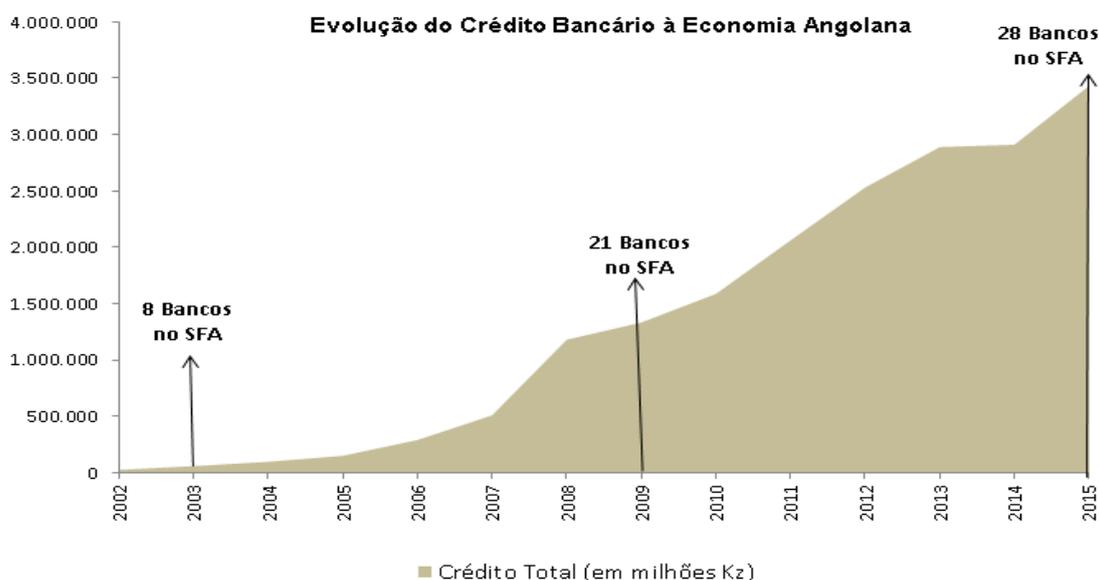
Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Nacional de Angola, *“Não obstante a conjuntura macroeconómica apresentar-se pouco favorável, em 2015, a banca angolana apresentou o maior resultado líquido dos últimos cinco (5) anos, tendo totalizado Kz 139.555,00 milhões face aos Kz 44.609,00 milhões do período homólogo, traduzindo-se num aumento do retorno dos capitais (ROE) de 4,88% para 12,84% e activos (ROA) de 0,63% para 1,68%, devido sobretudo ao aumento significativo dos resultados de negociações e ajustes ao valor, proveitos de operações cambiais, proveitos de aplicações de crédito e proveitos de títulos. Entretanto, a maior parte proveitos da banca não provêm da sua actividade tradicional, intermediação financeira, uma vez que, se excluir-se os resultados de negociações e ajustes ao valor e os proveitos de operações cambiais, o agregado do sistema bancário apresentaria um prejuízo de aproximadamente Kz 40.000,00 milhões”* (REF 2015:49).

De acordo com a citação, a banca angolana, na generalidade, em 2015, apresentou um resultado positivo de Kz 139.555,00 milhões, mas quando considerado apenas o resultado na óptica das actividades de intermediação

financeira, este resultado deixa de ser positivo e passa a ser negativo em Kz 40.000,00 milhões.

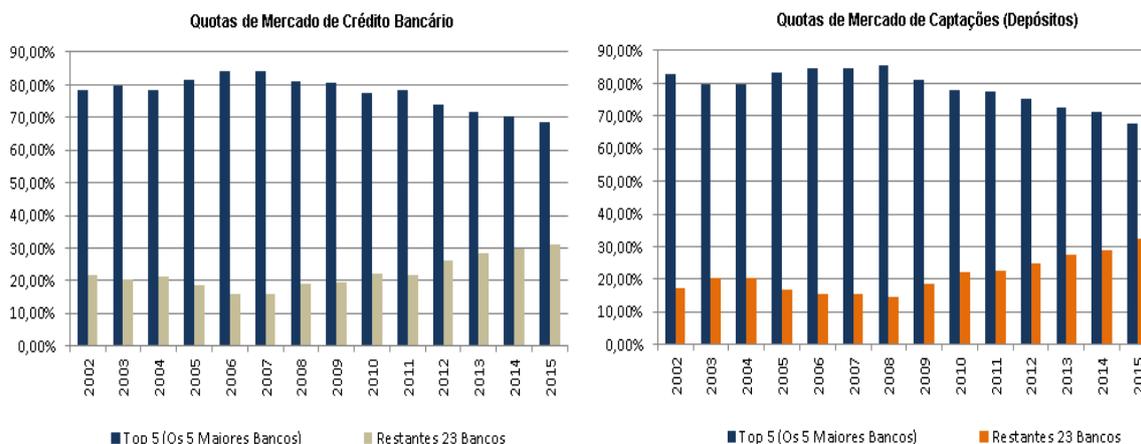
Quando analisada a evolução do crédito bancário à economia de 2002 a 2015, verifica-se claramente uma trajetória de crescimento acentuado, conforme Gráfico 5. Porém, numa análise mais detalhada, verifica-se que, das vinte e oito instituições bancárias a operarem no mercado financeiro angolano, apenas cinco exercem de forma clara a sua função de intermediação financeira, contribuindo significativamente para a captação de depósitos e para a concessão de crédito. Essas cinco instituições detêm juntas, em média, 78% de toda a quota de mercado de depósitos e de crédito, sendo que as demais vinte e três são responsáveis por apenas 22%, em média, de toda a quota de mercado de depósitos e créditos, de 2002 a 2015, conforme Gráfico 6.

Gráfico 5: Evolução do Crédito vs. N^o de Bancos



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Gráfico 6: Quotas de Mercado da Banca Angolana



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Surge naturalmente a questão: como podem sobreviver vinte e três instituições bancárias num mercado com apenas 22% (em média) da quota de mercado de depósitos e créditos?

A resposta a esta questão pode ser encontrada no Relatório de Estabilidade Financeira do BNA: *“Com efeito da degradação das condições monetárias e financeiras, verifica-se por parte de alguns bancos uma tendência de alteração do perfil de negócios, restringindo por conservadorismo a concessão de crédito, a favor das aplicações de títulos e valores mobiliários, aplicações de liquidez e operações cambiais, facto que concorreu para o abrandamento do crédito. Por outro lado, não obstante o número de instituições bancárias terem aumentado consideravelmente nos últimos anos, o sistema bancário continua a apresentar níveis de concentração elevados, com a quota de mercado dos 5 (cinco) maiores bancos a representar 68,74% do total da carteira de crédito”* (REF 2015:47).

Conclui-se, portanto que algumas instituições bancárias no mercado angolano decidem, deliberadamente e por conservadorismo, não conceder crédito à economia, isentando-se da sua função de intermediários financeiros e, por conseguinte, do seu papel no contributo para o desenvolvimento económico do país.

Este facto levanta duas outras importantes questões.

a) Por que razão existem instituições bancárias que preferem não conceder crédito à economia? Provavelmente porque o mercado angolano é ainda muito débil em termos de garantias bancárias ou colaterais. Com efeito, não existe um sistema eficiente de localização dos credores, visto haver ainda um problema muito grande no que concerne às políticas de alojamento e habitação, para além de existir instabilidade no emprego e outros fatores externos que inviabilizam a concessão facilitada do crédito.

b) Se é verdade que a conjuntura do mercado angolano não tem favorecido a aposta no crédito por parte dos bancos, por que razão continuam a surgir cada vez mais bancos ou investimentos em bancos?

Para responder a esta questão, talvez se deva olhar pormenorizadamente para a política monetária do próprio banco central angolano. Como visto no início deste capítulo, a política monetária, ao remunerar as facilidades de absorção de liquidez *overnight* está a criar condições no mercado monetário para que os bancos possam exercer as suas actividades sem um compromisso forte com a intermediação financeira, no sentido da concessão de crédito. Por outro lado, outro fator que encoraja o surgimento de bancos sem o compromisso com a intermediação financeira, e que já foi referido acima, é a debilidade apresentada na transmissão da política monetária do banco central angolano. As taxas de juro directoras do BNA pouco ou nada se repercutem nas taxas de juro de mercado da banca comercial, o que explica a inviabilidade ou a insustentabilidade da política monetária pelo canal do preço do dinheiro – taxas de juro.

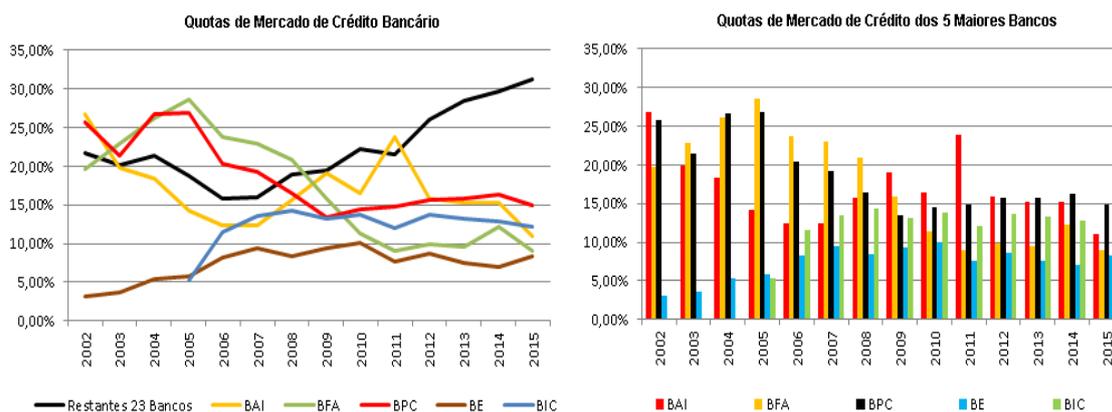
Ao fracassar este canal de transmissão da política monetária do banco central (por afectação das taxas de juro), verifica-se que o Banco Nacional de Angola, na sua gestão da política monetária, utiliza maioritariamente os instrumentos cambiais, intervindo diretamente no mercado com a venda de divisas tendo em vista a estabilidade cambial e o controlo da inflação. Porém, a utilização destes instrumentos abre uma brecha consideravelmente grande para que os bancos comerciais apostem em outros segmentos de negócios, como a transação e a especulação cambial, em detrimento do crédito bancário à economia.

Assim sendo, o Banco Nacional de Angola deve reestruturar a sua política monetária, deixando de ter as operações cambiais como o ponto fulcral para a estabilidade financeira e controlo da inflação. Uma política monetária eficiente que utilizasse os canais de transmissão que se refletissem nas taxas de juro do mercado não só tornaria o mercado bancário angolano mais eficiente, como também contribuiria muito mais para o crescimento económico por via do crédito, dando, ao mesmo tempo, maior estabilidade ao sistema financeiro nacional, pois os bancos que não acompanhassem a concorrência estariam condenados à falência ou destinados a fusões, tornando o mercado mais sólido e competitivo.

O Banco Central de Angola, ao referir-se à estabilidade do sistema bancário angolano em 2015, escreve: *“Em 2015 o Sistema Financeiro Angolano apresentou o índice de estabilidade mais baixo dos últimos 5 (cinco) anos, diminuindo consideravelmente de 63% em Agosto de 2014 para 19% em Dezembro de 2015, devido a diminuição do preço do petróleo ocorrida no segundo semestre de 2014 e consequente degradação das condições monetárias e financeiras, sobretudo a variação cambial...”* [BNA, 2015:52]. Evidentemente isso representa uma preocupação, na medida em que não só o sistema fiscal está dependente do sector petrolífero, mas também o sistema financeiro e a política monetária.

No ano de 2015, por conta da crise petrolífera, observou-se uma ligeira redução da quota de mercado dos cinco maiores bancos, relativamente ao ano de 2014, conforme Gráfico 7. Considerando que estas instituições financeiras são muito concentradas, elas estão mais propensas a choques ou riscos do sector petrolífero, pois são elas que, na generalidade, detêm os fundos do Estado angolano e da Sonangol. Esta redução observou-se ao nível dos depósitos e ao nível dos créditos concedidos à economia.

Gráfico 7: Quotas de Mercado da Banca Angolana



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Em 2014 estes cinco bancos detinham 71,32% dos depósitos totais do sistema e 70,28% dos créditos totais concedidos à economia, tendo-se reduzido em 3,76 pontos percentuais e 1,54 pontos percentuais, respetivamente, para 67,56% de depósitos em 2015 e 68,74% de crédito em 2015.

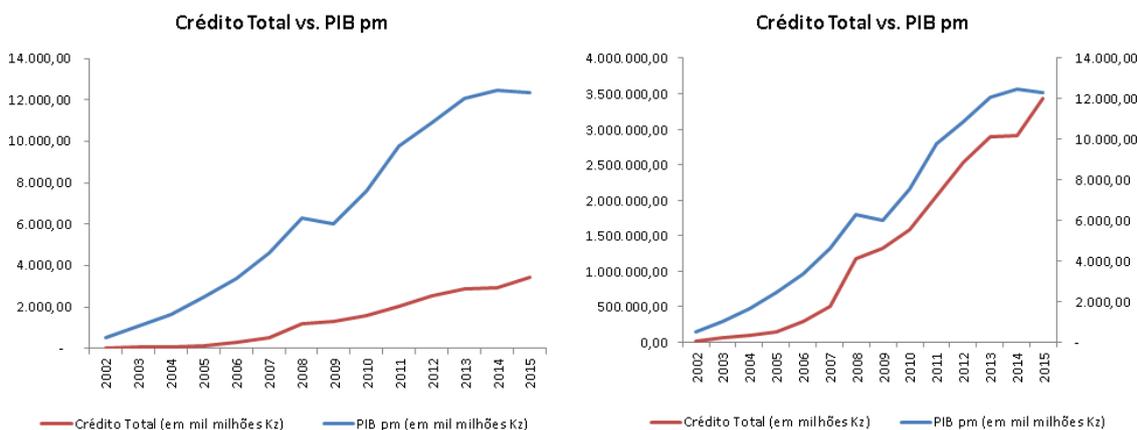
De modo resumido, apesar de haver um grande crescimento do crédito e de instituições bancárias em Angola, o aumento que se vem observando a nível do crédito bancário à economia não tem sido fruto deste aumento acentuado do número de instituições bancárias, mas sim do bom desempenho do conjunto dos cinco grandes bancos que sempre controlaram o mercado (BPC, BAI, BFA, BE e BIC).

3.3. Crédito Bancário e Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

À primeira vista e para o período em análise, parece existir uma correlação forte entre o volume de crédito bancário concedido à economia angolana e o produto interno bruto, conforme Gráfico 8. Do crédito total concedido, em média 95% foi destinado ao sector privado da economia e somente uma ínfima parte foi destinada ao sector público. De acordo com Kar e Pentecost (2000), o crédito ao sector privado traduz-se mais eficientemente em aumento do investimento produtivo e da produtividade quando comparado com o crédito destinado ao sector público. Se esta tese for válida, existem, portanto, fortes razões para

acreditar que o crescimento económico em Angola foi também explicado, ainda que o possa ter sido apenas parcialmente, pelo impulso do crédito bancário.

Gráfico 8: Evolução do Crédito Bancário à Economia vs. PIB pm

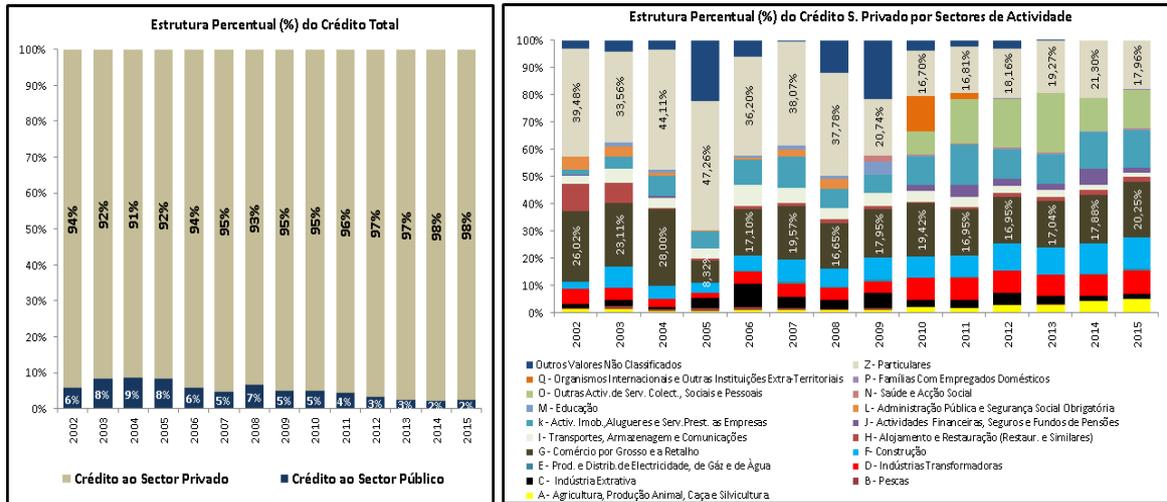


Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

O aumento acentuado do crédito ao setor privado da economia muito se deve ao conjunto de políticas governamentais, descritas anteriormente, as quais, destinando-se a combater a pobreza, formalizar o mercado informal e diversificar a economia nacional, têm vindo a contribuir significativamente para o crescimento do produto interno bruto. Ao promover a expansão do crédito com políticas de taxas bonificadas, o governo angolano revelou estar em linha com a necessidade não só de combater a pobreza, mas sobretudo de industrializar por substituição de importações (ISI) como primeiro passo em busca do desenvolvimento e da diversificação da economia.

Contudo, e apesar dos resultados serem notórios, quando analisada a estrutura do crédito concedido por sectores de atividade (Gráfico 9), verifica-se que, dos 19 sectores de atividade considerados, apenas cinco absorveram 71% do total, comprometendo de certa forma a boa vontade da industrialização por substituição de importações e a esperada diversificação da economia, na medida em que estes financiamentos privilegiaram mais o consumo e o comércio que fomentam a importação, em detrimento do investimento produtivo em bens transacionáveis.

Gráfico 9: Evolução do Crédito Por Sectores

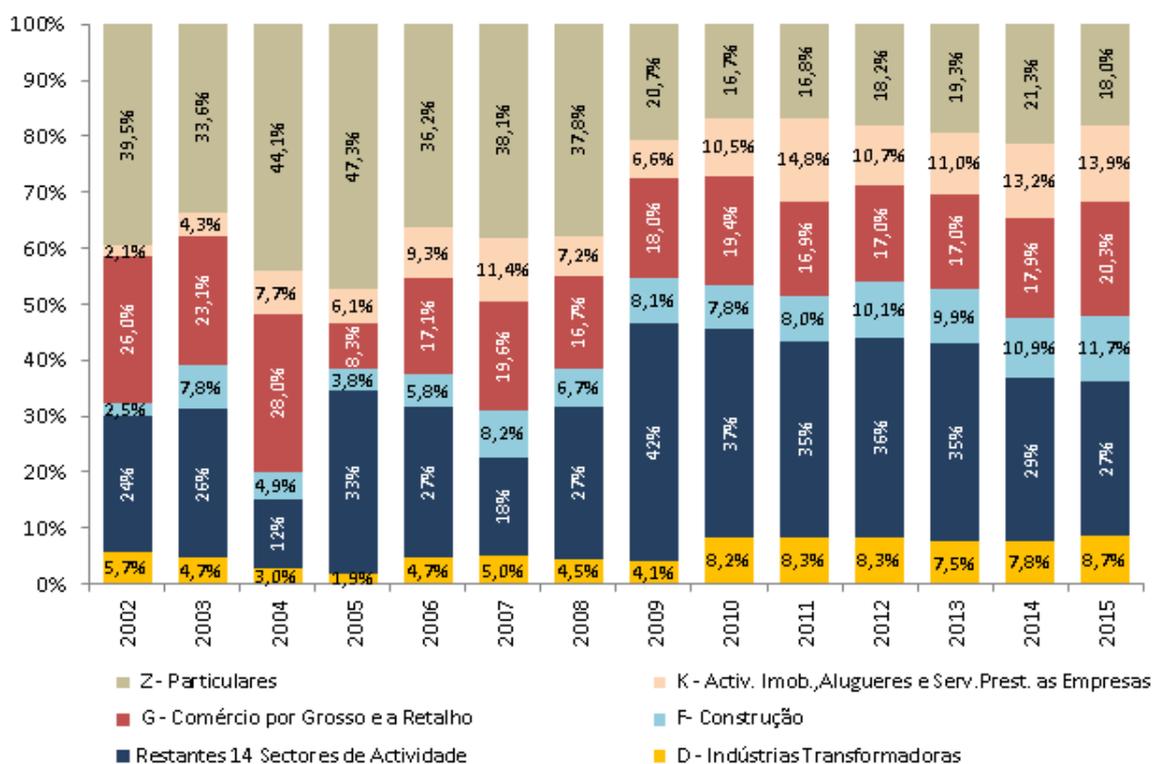


Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Como se pode ver no Gráfico 10, os sectores da Indústria Transformadora (D), da Construção (F), do Comércio por Grosso e a Retalho (G), das Actividades Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas (K) e Particulares (Z) são os cinco sectores aos quais foram alocados, ao longo do período em análise, cerca de 71%, em média, de todo o crédito concedido pela banca angolana ao sector privado da economia. Mas, considerando apenas os cinco maiores sectores ou o conjunto dos 19 sectores de actividade, a maior atenção recai nos sectores do Comércio e Particulares que juntos representam, em média, 48,0% de todo o crédito concedido ao sector privado.

Gráfico 10: Estrutura Percentual do Crédito por Sectores de Actividade

Estrutura Percentual (%) do Crédito ao S. Privado por Sectores de Actividade



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

O sector do Comércio concentrou, em média, ao longo de 2002 a 2015, 18,9% do crédito total concedido ao sector privado, representando um forte incentivo à importação de bens e uma forte pressão ao mercado cambial por conta da compra de divisas para a importação. Mas esta forte concentração do crédito neste ramo de actividade deveu-se essencialmente às políticas do governo ligadas sobretudo à formalização do sector informal da economia, como o Balcão Único do Empreendedor, e todo o apoio dado às micro, pequenas e médias empresas que mais do que produzir baseiam a sua actividade no comércio de bens importados.

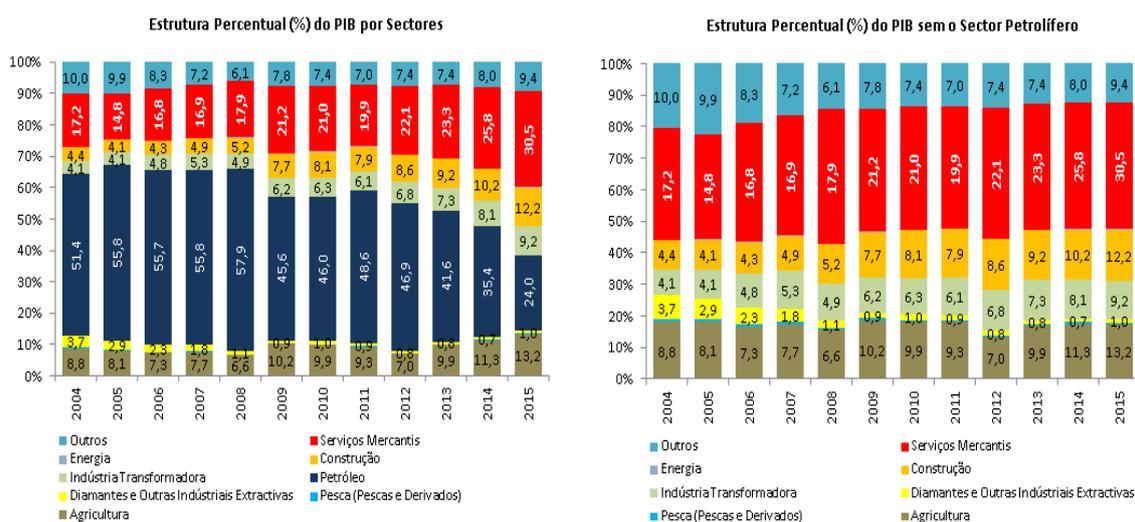
O sector de Particulares, concentrou, no mesmo período, em média, 29,1% do total do crédito concedido. Importa mencionar que este sector integra de entre outras rubricas, os financiamentos destinados ao crédito ao consumo de agentes económicos singulares e empresas.

O sector da Indústria Transformadora e o da Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura ficaram com uma quota média de crédito alocado de 5,9% e 1,8%, respetivamente, evidenciando a imensa necessidade de criação

de uma industrialização por substituição de importações (ISI) que possa fazer face aos crescentes fluxos de importação de bens básicos.

Mas, como refere Carvalho (2002), embora o financiamento do consumo reduza o financiamento do investimento produtivo, a alocação da poupança financeira bruta para financiamento do consumo não deve ser vista como uma ineficiência da economia, mas como uma questão de preferência. Deste modo, dadas as preferências, a taxa de crescimento numa economia ideal é máxima. Evidentemente, apesar do crédito estar a ser direccionado maioritariamente para a vertente do consumo em detrimento do investimento produtivo, este crescimento tem vindo a ter considerável repercussão no PIB não petrolífero.

Gráfico 11: Estrutura Percentual do PIB por Sectores de Actividade



Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria

Como se pode verificar pelo Gráfico 11, os serviços mercantis representam a maior quota na estrutura do PIB angolano, quando excluído o sector petrolífero, condizendo com a proporção representativa que esta rubrica representa na estrutura do crédito por sectores que a banca angolana aloca ao sector do Comércio, no âmbito do crédito bancário ao sector privado da economia.

CONCLUSÃO

O estudo que deu origem a esta dissertação teve como objetivo compreender a dinâmica do sistema financeiro angolano desde 2002 até à atualidade, mais concretamente a dinâmica do subsistema bancário, no sentido de poder tirar ilações sobre a influência que ele pode ter tido no crescimento económico de Angola. Concluiu-se que esse sistema tem vindo a evoluir de maneira positiva e considerável, apresentando ligeiros aumentos de profundidade financeira no que concerne aos depósitos e créditos em proporção do produto interno bruto não petrolífero, apesar de ainda se mostrar bastante concentrado em apenas cinco bancos e da taxa de bancarização ser bastante baixa.

O sistema bancário tem vindo a proporcionar um aumento significativo do crédito ao sector privado da economia angolana e este tem vindo a contribuir de forma positiva para o aumento do produto interno bruto não petrolífero, explicando grande parte do crescimento económico de Angola. Registou-se um aumento muito considerável no número de instituições nos últimos treze anos. Graças à ligeira melhoria no nível de bancarização e aos esforços na melhoria da qualidade dos serviços bancários por parte do banco central, a profundidade financeira e o desenvolvimento financeiro têm vindo a melhorar, pese embora ainda a carência de melhorias consideráveis que tornem a massa monetária e o crédito ao sector privado da economia em proporções maiores do produto interno bruto.

O aumento do número de instituições bancárias nesse período parece ter influenciado a expansão do crédito, mas quando analisados os números a realidade demonstra que no conjunto das vinte e oito instituições bancárias em funcionamento, apenas cinco ocupam uma posição dominante no mercado, com uma quota média de créditos e depósitos a rondar os 78%. As restantes vinte e três instituições repartem entre si os restantes 22% da quota total de depósitos e créditos, num mercado com uma taxa de bancarização de apenas 52,79%, equivalente a 7.390.861 contas bancárias abertas. Apesar dos depósitos representarem em média 80% do passivo da banca comercial, o rácio de transformação destes depósitos em crédito ainda é muito baixo, correspondendo a apenas 50% em 2015.

Ao nível do banco central, tem-se verificado um esforço de melhoria da supervisão prudencial e comportamental com o objectivo de elevar a banca comercial angolana ao nível de rigor da banca internacional. Porém, ao nível da política monetária do BNA muito ainda há por fazer, de modo a refinar os canais de transmissão da política monetária por forma a colocar a taxa de juros ao serviço da estabilidade de preços, ao invés da política cambial como âncora dessa estabilidade, como tem acontecido até agora. A política cambial como âncora de estabilização de preços, em substituição da política monetária, tem servido de oportunidade para que as instituições bancárias prescindam do seu papel de intermediários financeiros (captação de depósitos e concessão de créditos) e se foquem em outros segmentos de negócios, como a transação e a especulação cambial. Ao primar por uma política cambial em detrimento de uma política monetária propriamente dita para a estabilização de preços, o BNA cria condições para que alguns bancos operem no sistema financeiro como casas de câmbio, ao invés de exercerem funções de bancos comerciais no que concerne aos objectivos de negócios para os quais se devem destinar as instituições bancárias.

O desenvolvimento do sistema financeiro angolano tem certamente contribuído para a expansão do crédito e a expansão do crédito tem contribuído bastante para o crescimento do PIB não petrolífero. Nestes processos, tem-se destacado também o papel do governo angolano com a concretização de um conjunto de políticas de apoio ao desenvolvimento, como a simplificação dos processos de constituição de empresas ou a política de crédito bancário com garantia do Estado.

Apesar do contributo que o crédito bancário à economia possa ter dado para o crescimento económico de Angola, ressalva-se a necessidade de melhoria no que concerne à alocação do crédito a investimentos produtivos de bens transacionáveis, em detrimento dos financiamentos destinados ao consumo e ao comércio, pelo facto destes sectores estimularem a importação, num contexto económico em que a realidade clama urgentemente por uma industrialização que garanta menos dependência do exterior.

BIBLIOGRAFIA

Allen, Franklin; “The market for information and the origin of financial intermediation”, *Journal of Financial Intermediation*, 1(1), pp. 1-30, 1990.

Arestis, Philip e Demetriades, Panicos; “Finance and growth: is Schumpeter right?”, *Análise Económica*, 6(30), pp. 5-21, 1998.

Asteriou, Dimitrios e Price, Simon. Financial development and economic growth: time series evidence for the UK. London: City University London, Department of Economics, 2000

Banco Central Europeu; *A Política Monetária do BCE*, 150 pp., 2001.

Banco Nacional de Angola; Boletim Estatístico 2002 – Dezembro/11, Departamento de Estatística, Luanda.

Banco Nacional de Angola; Boletim Estatístico 2004 – Junho/14, Departamento de Estatística, Luanda.

Banco Nacional de Angola; *Relatório de Estabilidade Financeira*, 2015.

Beck, T., Levine, R. e Loayza, N. Finance and the sources of growth. Washington: The World Bank, 1999

Berthelemy, J.C. e Varoudakis, A. Economic growth, convergent clubs, and the role of financial development. *Oxford Economic Paper*, 48, p.300-328, 1996.

Bonelli, Regis; “Crescimento e produtividade na indústria brasileira: impactos da orientação comercial”, *Pesquisa e Planeamento Económico*, 21(3), pp.533-58, 1991.

Caiado, Aníbal Campos; *Bancos: Normativos, Contabilidade e Gestão*, Edições Sílabo, Lda, Lisboa, 2015.

Carneiro, Francisco G; *A metodologia dos testes de causalidade em Economia*, UnB/Departamento de Economia (Série Textos Didáticos n. 20), Brasília, 1997.

Carvalho, António Gledson; “Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Económico”, *Revista Económica do Nordeste*, Fortaleza, v. 33, n. 4, out-dez. 2002.

Cheng, Benjamin. S. Cointegration and causality between financial development and economic growth in South Korea and Taiwan. *Journal of Economic Development*, 24(1), pp.23-38, 1999.

Cull, Robert. Financial-sector reform: what works and what doesn't. *Economic Development and Cultural Change*, 49(2), pp.269-290, 2001.

Darrat, A. F; "Are financial deepening and economic growth causality related? Another look at the evidence", *International Economic Journal*, 13(3), pp.19-35, Autumn, 1999.

Demetriades, P. O. e Hussein, K. A; "Does financial development cause economic growth? Time series evidence from 16 countries", *Journal of Development Economics*, 51, pp.387-411, 1996.

Fernandes, Abel L. Costa e Mota, Paulo R. Tavares; *A Teoria e a Política Monetárias na Actualidade*, Edições Almedina, SA, 2ª Edição, Coimbra, 2014.

Ferreira, Afonso H. B; "Testes de Granger: causalidade para a balança comercial brasileira", *Revista Brasileira de Economia*, 47 (1), pp.83-95, 1993.

Ferreira, Pedro C.; "Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo", *Pesquisa e Planejamento Económico*, 26(2), pp.231-52, 1996.

Garcia, Márcio G. P.; "O financiamento à infra-estrutura e a retomada do crescimento económico sustentado", *Revista de Economia Política*, 16, 3(63), pp. 5-19, 1996.

Goldsmith, Raymond W. *Financial structure and development*, New Haven: Yale University, 1969.

Gonçalves, António C. P.; "Crescimento económico e sector financeiro no Brasil", *Pesquisa e Planejamento Económico*, 10(3), pp. 955-70, 1980.

Greenwood, Jeremy e Jovanovic, Boyan; "Financial development, growth, and the distribution of income", *Journal of Political Economy*, 98(5), part 1, pp. 1076-1107, 1990.

Higashi, Hermes, Canuto, Otaviano e Porcile, Gabriel; "Modelos evolucionistas de crescimento endógeno", *Revista de Economia Política*, 19, 4(76), pp.53-77, 1999.

Huang, Haizhou e Chenggang, Xu; Institutions, innovations, and growth, IMF Working Paper, Washington: International Monetary Fund, 1999.

Jung, Woo S; “Financial development and economic growth: international evidence”, *Economic Development and Cultural Change*, 34(2), pp.333-46, 1986.

Kar, Muhsin e Pentecost, Eric J. Financial development and economic growth in Turkey: further evidence on the causality issue. Economic Research Paper no. 00/27. Centre of International, Financial and Economic Research, Department of Economics, Loughborough University (UK), December 2000 .

Khan, Mohsin S. e Senhadji, Abdelhak S. Threshold effects in the relationship between inflation and growth. IMF Working Paper WP/00/110, Washington: International Monetary Fund, June.2000.

King, Robert G. e Ross Levine; “Finance and growth: Schumpeter might be right”, *Quarterly Journal of Economics*, 108(3), pp.717-37, 1993.

KPMG; *Resiliência e Evolução: Análise ao Sector Bancário Angolano*, 2016.

Kramer, W.; Ploberger, W. e Alt, R.; “Testing for structural change in dynamic models”, *Econometrica*, 56, pp.1.355-369, 1988.

Lee, Byungyoon; Financial development and economic growth: the role of information accumulation, *Economic Papers (The Bank of Korea)*, 4(1), pp.1-39, 2001.

Levine, Ross. Financial development and economic growth: views and agenda. *Journal of Economic Literature*, XXXV, pp.688-726, 1997a.

Levine, Ross; “Financial development and economic growth: views and agenda”, *Journal of Economic Literature*, XXXV, pp.688-726, 1997.

Levine, Ross; “The legal environment, banks, and long-run economic growth”, *Journal of Money, Credit, and Banking*, 30(3), part 2, pp.596-613, 1998.

Lucas Jr., R. E; “On the mechanics of economic development”, *Journal of Monetary Economics*, XXII, pp.3-42, 1988.

MacKinnon, J.G. Critical Values for Cointegration Tests, In: Engle, R. F. e Granger, C.W.J (Ed.). *Long-run Economic Relationships: Readings in Cointegration*, Oxford: Oxford University Press, 1991.

Manos, Maria Geovania Lima; *Sistema Financeiro e Desenvolvimento Económico: O Papel do Microcrédito*, Embrapa, 1.ª edição, 91 pp., 2006.

Marques, Carlos R.; *Modelos dinâmicos, raízes unitárias e cointegração*, Lisboa: EdinovaEd. da Universidade Nova Lisboa, 1998.

Matos, Orlando Carneiro de; *Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Económico no Brasil: Evidências de Causalidade*, Banco Central do Brasil, 65 pp, 2002.

Meier, G. M. e Seers, D.; *Pioneers in development*, New York: Oxford University Press, 1984.

Monte, Paulo A. do e Távora Júnior, José L. Fontes de financiamento do Nordeste e o produto interno bruto da região. *Revista Econômica do Nordeste*, 31(n. especial), pp.676-695, Novembro.2000 (Trabalho apresentado no V Encontro Regional de Economia).

Monte, Paulo A. do e Távora Júnior, José L.; “Fontes de financiamento do Nordeste e o produto interno bruto da região”, *Revista Econômica do Nordeste*, 31 (n. especial), pp.676-695, Novembro, 2000.

Nunes, A. J. Avelãs; *Economia II: o Crédito, Serviços de Acção Social da U.C. – Serviços de Textos*, Coimbra, 2002.

Pagano, Marco; “Financial markets and growth: an overview”, *European Economic Review*, 37, pp.613-622, 1993.

Pereira, Paulo Trigo; *O Prisioneiro, o Amante e as Sereias: Instituições Económicas, Políticas e Democracia*, Edições Almedina, Coimbra, 2008.

Pires, Cesaltina; *Mercados e Investimentos Financeiros*, Escolar Editora, 3ª Edição, Lisboa, 2011.

RAJAN, R. e L. ZINGALES; “Financial Dependence and Growth,” *American Economic Review*, 88, 1998, p. 559-586.

Rajan, Raghuram G. e Zingales, Luigi. Finance dependence and growth. *The American Economic Review*, 88(3), pp.559-586, June.1998.

Reichstul, Daniel e Lima, Gilberto Tadeu; “Causalidade entre crédito bancário e nível de atividade econômica na região metropolitana de São Paulo:

algumas evidências empíricas”, *Estudos Econômicos*, V. 36, n.º 4, pp 779-801, outubro-dezembro, 2006.

Rigolon, Francisco J. Z.; “O investimento em infra-estrutura e a retomada do crescimento económico sustentado”, *Pesquisa e Planeamento Económico*, 28(1), pp.129-58, 1998.

Robinson, Joan. The generalization of the general theory. In: Robinson, Joan. The rate of interest and other essays, London: Macmillan, 1952.

Rousseau, Peter L. e Wachtel, Paul. Financial intermediation and economic performance: historical evidence from five industrialized countries. *Journal of Money, Credit, and Banking*. 30(4), pp.657-678, 1998.

Santos, Tharcisio Bierrenbach de Souza; “Desenvolvimento Financeiro e Crescimento Económico”, *Revista Estratégica*, Junho, 2010.

Schumpeter, Josef. A.; *The theory of economic development*, Cambridge: Harvard University Press, 1959.

Shaw, E.S. Financial deepening in economic development, New York: Oxford University Press, 1973.

Shleifer, A. e R. Vishny; “A Survey of Corporate Governance,” *Journal of Finance*, vol. 52 (Junho), p. 737-783, 1997.

Silva, Everton Nunes da e Júnior, Sabino da Silva Porto; “Sistema financeiro e crescimento económico: uma aplicação de regressão quantílica”, *Economia Aplicada*, Vol. 10, n.º 3, July/Sept, 2006.

Smith, A.; *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations*, Londres: W. Stahan & T. Cadell, 1776.

Stiglitz, J. e Weiss, A.; “Credit Rationing in Markets with Imperfect Information,” *American Economic Review*, vol. 71 (3), 1981, p. 393-410.

Stiglitz, Joseph e Greenwald, Bruce; *Rumo a Um Novo Paradigma em Economia Monetária*; São Paulo: Francis W11 Editores Ltda, 2004.

Studart, Rogerio; “O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional”, *Revista de Economia Política*, 13(1), pp. 101- 18, 1993.

Triner, Gail D. Banking, economic growth and industrialization: Brazil, 1906-30. *Revista Brasileira de Economia*. V.50, n.1, pp. 135-53, 1996.

Zervos, S. Stock markets, banks, and economic growth. *The American Economic Review*, 88(3), pp.537-558, 1998.

WEBGRAFIA

http://paloptl.dev4.javali.pt/sites/default/files/decreto_presidencial_no_40-12_13_de_marco.pdf (acedido em 28 de Junho de 2017).

http://www.apb.pt/sistema_financeiro/o_que_e (acedido em 25 de Maio de 2017).

http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=14122&idsc=14130&idl=1 (acedido em 19 de Maio de 2017).

http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=142&idsc=834&idl=1 (acedido em 28 de Maio de 2017).

http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=14122&idsc=14130&idl=1 (acedido em 28 de Maio de 2017).

http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=142&idsc=834&idl=1 (acedido em 28 de Maio de 2017).

<http://www.bna.ao/uploads/%7B0dd6f32d-78ac-4c00-a5ce-24105d917062%7D.pdf> (acedido em 28 de Maio de 2017).

<http://www.bna.ao/uploads/%7B1def6d57-e395-47b3-8c49-91f2101a26c3%7D.pdf> (acedido em 28 de Maio de 2017).

<http://www.bna.ao/uploads/%7B92000dbf-8424-4260-bc06-b2ec09e8e3b4%7D.pdf> (acedido em 28 de Maio de 2017).

<http://www.investirem.com/2013/03/angola-investe-financiamento-empresas.html> (acedido em 28 de Junho de 2017).

<http://www.minec.gov.ao/vernoticia.aspx?id=30294> (Acedido em 28 de Maio de 2017).

http://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2015/outubro/Angola_-_Destques_Legislativos_Outubro2015.pdf (acedido em 16 de Maio de 2017).

ANEXOS

Anexo I: Quadro Síntese de Alguns Estudos Empíricos Sobre Sistema Financeiro e Crescimento Económico

TABELA SÍNTESE DE ALGUNS ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE SISTEMA FINANCEIRO E CRESCIMENTO ECONÓMICO					
Autores	Premissas	Variáveis de Análise ou Medida de Desenvolvimento	Dados Usados (Amostras)	Período de Análise (Anos)	Conclusões do Estudo (Resultados)
Goldsmith (1969)	*Tamanho do setor financeiro está relacionado com o volume, diversidade e qualidade dos serviços providos.	* Valor dos ativos dos intermediários financeiros dividido pelo PIB.	35 países	1960 e 1963	*Correlação positiva entre o nível de desenvolvimento financeiro e a taxa de crescimento do PIB.
King e Levine (1993a, 1993b e 1993c)	* O sistema financeiro empresta a prazos mais longos do que os de captação; * Os bancos privados alocam crédito mais eficientemente do que os bancos centrais. Assim sendo, quanto mais próximo de um for a razão acima, mais eficiente é a alocação de crédito.	* Crescimento do PIB per capita; * Crescimento da produtividade e a acumulação de capital per capita; * Exigíveis de curto prazo do setor financeiro como proporção do PIB; * Crédito bancário dividido pela soma dos ativos domésticos do banco central e do crédito bancário; * Crédito alocado a empresas privadas (deduzido o crédito a instituições financeiras) como proporção do crédito doméstico total; * Crédito cedido a empresas privadas como proporção do PIB.	80 países	1960 e 1989	* O desenvolvimento da intermediação financeira está positivamente correlacionado com as diferentes medidas de crescimento económico. * O desenvolvimento financeiro é um fator de desenvolvimento económico.
Levine e Zervos (1996 e 1998)	* Existe ou não causalidade entre mercado de capitais e desenvolvimento económico?	* Razão entre gastos do governo e PIB, taxa de inflação, Taxa de câmbio do dólar no paralelo; * Número de crianças matriculadas no ginásio; * Renda per capita; * Empréstimos bancários a empresas privadas como proporção do PIB.	49 países	1976 e 1983	* O nível inicial de desenvolvimento do mercado de ações é um fator relevante para explicar o crescimento económico.
Khan e Senhadji (2000)	*Existência de sinais de uma relação direta entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico. *Taxas de crescimento demográfico e crescimento económico;	*Modelo neoclássico de crescimento, em que o crescimento do PIB real per capita é relacionado à taxa de investimento e ao crescimento da população: *Modelo de Mankiw et al. (1992): *A relação investimento/PIB; *As taxas de crescimento demográfico; *PIB per capita de 1987, para indicar a renda inicial e testar a hipótese de convergência; (uma vez que países com renda mais baixa no passado tendem a apresentar taxas de crescimento mais elevadas no futuro).	159 países	1960 a 1999	*O crescimento do PIB real per capita depende da taxa de investimento e do crescimento demográfico; *Os resultados indicam uma forte correlação entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico; *Existe uma correlação ótima entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico, mas este desenvolvimento financeiro tem um impacto direto sobre o crescimento até determinado ponto, declinando a seguir.

Autores	Premissas	Variáveis de Análise ou Medida de Desenvolvimento	Dados Usados (Amostras)	Período de Análise (Anos)	Conclusões do Estudo (Resultados)
Rajan e Zingales (1998)	*Testar a hipótese de que as indústrias mais dependentes de financiamentos externos apresentam taxas de crescimento relativamente mais elevadas nos países em que existem mercados financeiros mais desenvolvidos devido à redução de custos pelo sistema financeiro;	*Estimar o efeito interativo entre dependência externa e indicadores de desenvolvimento financeiro [(crédito doméstico + capitalização do mercado acionário)/PIB e índice de padrões de divulgação de resultados contábeis sobre o crescimento da indústria, medido pela taxa de variação anual composta do valor adicionado no período 1980-90	indústrias e de países	1980 a 1990	Os resultados obtidos dão suporte à hipótese de relação positiva
Levine (1997a)	*Relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico; *Modelo uniequacional em que o crescimento é medido pelo PIB per capita e o desenvolvimento financeiro.	*Passivo líquido do sistema financeiro (moeda + depósitos à vista e remunerados)/PIB *Crédito bancário/(crédito bancário + ativos internos do banco central) *Crédito ao setor privado/crédito doméstico total *Crédito ao setor privado/PIB	77 países	1960 a 1989	*O desenvolvimento financeiro em termos de passivos líquidos/PIB em 1960 é diretamente relacionado à renda per capita média do período.
Rousseau e Wachtel (1998)	*Papel da intermediação financeira na fase de rápido crescimento de cinco economias industrializadas.	*Modelo VAR com termo correção de erros para testar a causalidade no sentido de Granger *Como indicadores da intensidade de intermediação financeira foram usados: (a) os ativos de bancos comerciais e, sempre que possível, de instituições de poupança, companhias de seguros, cooperativas de crédito, fundos de pensão e companhias de investimento, e (b) crédito bancário criado, definido pela diferença entre estoque de moeda e base monetária *O produto agregado per capita serviu de medida do desempenho económico.	5 países desenvolvidos (Canadá, Estados Unidos, Noruega, Suécia e Reino Unido)	1870 a 1929	*Resultados obtidos sugerem um importante papel da intermediação financeira sobre a atividade do setor real daquelas cinco economias, enquanto os efeitos de retroalimentação foram amplamente não-significativos.
Demetriades e Hussein (1996)	*Verificar a direção de causalidade entre indicadores de desenvolvimento financeiro e o produto real per capita,	*Utilizada a metodologia de Granger com especificações alternativas do modelo VAR em função do número de raízes unitárias das séries; *Os indicadores de desenvolvimento financeiro foram definidos alternativamente por depósitos bancários/produto e crédito do setor bancário/produto	16 países	1960 a 1987	*Os resultados obtidos dão pouco suporte à visão de que o setor financeiro é condutor no processo de crescimento da economia, mas há considerável evidência de causalidade bidirecional e de alguma reversão da causalidade. *Os resultados mostram claramente que o padrão de causalidade varia entre países, os autores enfatizam o risco de inferências estatísticas baseadas em estudos de cross-section, que implicitamente consideram homogêneas economias diferentes.

Fonte: Elaboração própria

Anexo II: Normativos do BNA em 2015

Normativos do BNA em 2015
Leis, Avisos, Instrutivos e Directivas
Leis
<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho – Lei de Bases das Instituições Financeiras
Avisos
<ul style="list-style-type: none"> • Aviso n.º 01/2015, de 29 de Janeiro – Importação e Exportação de Moeda Estrangeira e Cheques de Viagem; • Aviso n.º 02/2015, de 26 de Janeiro – Limite de Exposição ao Risco Cambial; • Aviso n.º 03/2015, de 09 de Abril – Publicidade de Produtos e Serviços Financeiros; • Aviso n.º 04/2015, de 20 de Abril – Nova Família do Kwanza; • Aviso n.º 05/2015, de 20 de Abril – Cheque Normalizado; • Aviso n.º 06/2015, de 20 de Abril – Número Bancário Angolano (NBA), Número Internacional de Conta Bancária (IBAN); • Aviso n.º 07/2015, de 20 de Abril – Serviço de Compensação de Valores (SCV), Subsistema de Compensação de Cheques (SCC); • Aviso n.º 08/2015, de 20 de Abril – Transferências por Bruto e em Tempo Real; • Aviso n.º 09/2015, de 20 de Abril – Prazos de Execução e de Disponibilização de Fundos Aplicáveis aos Movimentos de Depósitos à Ordem, Transferências e Remessas de Valores; • Aviso n.º 10/2015, de 16 de Junho – Entrada e Saída de Moeda na Zona Fronteiriça de Santa Clara (Angola) e Oshikango (Namíbia); • Aviso n.º 11/2015, de 24 de Dezembro – Classificação dos Subsistemas; • Aviso n.º 12/2015, de 28 de Dezembro - Acordo de Conversão Monetária entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia - Entrada e saída de moeda nacional e moeda estrangeira na fronteira terrestre de Santa Clara (Angola) - Regras operacionais a observar pelas instituições financeiras; • Instrutivo n.º 01/2015, de 14 de Janeiro – Classificação de Países, Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Organizações Internacionais;
Instrutivos
<ul style="list-style-type: none"> • Instrutivo n.º 02/2015, de 14 de Janeiro – Metodologias para a Constituição de Provisões; • Instrutivo n.º 03/2015, de 23 de Fevereiro – Reservas Obrigatórias; • Instrutivo n.º 04/2015, de 02 de Março - Compra e Venda de Moeda Estrangeira, Regras Operacionais Adicionais; • Instrutivo n.º 05/2015, de 22 de Abril - Especificações Técnicas do Cheque Normalizado; • Instrutivo n.º 06/2015, de 26 de Maio – Câmara de Compensação Automatizada de Angola – Garantias para Liquidação de Saldos; • Instrutivo n.º 07/2015, de 28 de Maio - Casas de Câmbios - Regras Operacionais; • Instrutivo n.º 08/2015, de 04 de Junho – Reservas Obrigatórias; • Instrutivo n.º 09/2015, de 04 de Junho – Metodologias para a Constituição de Provisões; • Instrutivo n.º 10/2015, de 04 de Junho - Política Cambial - Sessões de Compra e Venda de Moeda Estrangeira - Procedimentos Extraordinários de Participação; • Instrutivo n.º 11/2015, de 18 de Junho – Acordo de Conversão Monetária entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia - Entrada e saída de moeda nacional e moeda estrangeira na fronteira terrestre de Santa Clara (Angola) - Regras operacionais a observar pelas instituições financeiras; • Instrutivo n.º 12/2015, de 24 de Junho – Operações Cambiais – Procedimentos; • Instrutivo n.º 13/2015, de 01 de Julho – Operações de Cedência de Liquidez dos Bancos de Desenvolvimento; • Instrutivo n.º 14/2015, de 07 de Julho – Mercado Cambial – Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas; • Instrutivo n.º 15/2015, de 13 de Julho – Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas; • Instrutivo n.º 16/2015, de 22 de Julho – Reservas Obrigatórias; • Instrutivo n.º 17/2015, de 20 de Agosto – Procedimentos Operacionais a serem Observados nas Sessões de Leilão de Venda de Moedas Estrangeiras às Casas de Câmbio; • Instrutivo n.º 18/2015, de 21 de Agosto – Cartões de Pagamento – Informação Estatística; • Instrutivo n.º 19/2015, de 02 de Dezembro – Reservas Obrigatórias; • Instrutivo n.º 20/2015, de 09 de Dezembro – Reporte e Monitorização de Transacções Cambiais; • Directiva n.º 01/DRO/DSI/15, de 12 de Dezembro – Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo - Questionário de Auto-Avaliação;
Directivas
<ul style="list-style-type: none"> • Directiva n.º 02/DRO/DSI/15, de 10 de Dezembro – Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – Guia • Directiva n.º 03/DRO/15, de 23 de Dezembro – Taxa de Redesconto; • Directiva n.º 13/DMA/15, de 28 de Dezembro – Operações de Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez (FAL) – Prazo Superior à Overnight.

Fonte: BNA – REF (2015:43)

Anexo III: Evolução das Taxas de Juro da Política Monetária do Banco Central vs. Taxas de Juro dos Créditos da Banca Comercial

Taxas de Juro em (%)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxas de Juro do Banco Central														
Taxa básica BNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,5	10,3	9,3	9,0	11,0
Facilidade permanente de cedência de liquidez 1/dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,5	11,5	10,3	9,8	13,0
Facilidade permanente de absorção de liquidez 1/dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,0	1,5	0,8	1,8	0,0
Facilidade permanente de absorção de liquidez 7 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8
Taxa de Redesconto	-	-	-	16,0	14,0	19,6	19,6	30,0	25,0	20,0	20,0	10,3	9,8	15,0
Titulos do Banco Central (TBC)														
14 dias	-	-	-	-	-	12,9	-	-	7,0	-	-	-	-	-
28 dias	102,7	45,8	46,4	4,3	-	12,8	13,9	20,0	8,5	-	-	-	-	-
63 dias	107,9	56,1	50,1	50,4	7,5	14,7	14,1	20,6	10,0	7,2	4,1	-	-	-
91 dias	109,2	81,3	56,7	11,2	6,3	15,0	14,6	-	10,8	-	-	-	-	-
182 dias	113,0	98,0	60,5	11,1	7,4	15,0	14,9	20,9	11,6	6,8	5,1	-	-	-
364 dias	-	-	-	-	9,5	15,0	14,9	-	13,7	-	-	-	-	-
Titulos do Tesouro (BT)														
63 dias	-	-	-	-	-	-	-	21,4	-	-	-	4,0	-	-
91 dias	-	-	-	-	-	-	14,6	23,3	10,7	3,9	3,4	-	6,4	13,9
182 dias	-	-	-	-	-	-	14,9	-	11,6	4,8	3,7	3,6	7,1	15,0
Taxa LUIBOR														
Overnight	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,4	6,2	4,7	6,1	11,3
3 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,4	8,1	8,0	11,9
9 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,2	8,8	8,9	12,6
Taxas de Juro da Banca Comercial														
Crédito a Particulares em Moeda Nacional														
Até 180 dias	84,3	103,4	70,0	55,9	20,0	12,4	16,4	19,2	19,4	19,1	17,2	15,0	14,9	16,5
De 180 dias a 1 ano	80,7	68,4	59,9	42,5	21,6	10,8	13,2	19,9	24,3	13,1	12,8	13,6	13,6	14,6
Mais de 1 ano	80,1	93,0	86,1	36,0	13,9	14,4	15,0	21,6	18,6	14,9	13,3	13,3	12,0	11,8
Crédito a Empresas em Moeda Nacional														
Até 180 dias	99,7	93,4	70,4	46,9	15,3	13,9	13,8	15,6	19,0	18,1	15,3	15,1	17,4	15,4
De 180 dias a 1 ano	104,6	68,8	74,8	68,7	8,9	10,6	11,3	19,4	18,2	16,0	14,4	13,9	13,9	15,2
Mais de 1 ano	102,8	75,7	73,4	62,6	14,9	8,7	10,6	19,0	23,7	17,7	15,1	13,1	13,7	14,8

Fonte: BNA

Anexo IV: Taxas de Juro de Créditos e Depósitos da Banca Comercial

Taxas de Juro da Banca Comercial (%)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CRÉDITOS														
Empréstimos a sociedades não financeiras														
Em Moeda nacional														
Até 180 dias	99,66	93,41	70,42	46,87	15,32	13,94	13,76	15,62	18,96	18,09	15,32	15,08	17,39	15,41
De 181 dias a 1 ano	104,55	68,82	74,77	68,68	8,86	10,62	11,25	19,39	18,23	15,98	14,36	13,86	13,88	15,23
Mais de 1 ano	102,84	75,69	73,38	62,59	14,91	8,72	10,57	19,02	23,74	17,70	15,09	13,11	13,69	14,84
Em moeda estrangeira														
Até 180 dias	9,80	9,04	9,82	8,43	8,11	8,66	9,31	11,32	14,84	10,17	8,94	11,78	11,41	10,00
De 181 dias a 1 ano	10,71	8,74	9,73	8,90	8,86	8,67	8,07	9,90	8,72	10,03	11,54	12,07	10,64	12,97
Mais de 1 ano	10,38	10,12	8,58	9,52	8,97	8,36	7,81	8,57	9,86	10,42	11,29	9,83	10,03	9,76
Empréstimos a particulares														
Em moeda nacional														
Até 180 dias	84,29	103,44	70,02	55,89	20,01	12,39	16,39	19,20	19,42	19,08	17,21	14,98	14,91	16,46
De 181 dias a 1 ano	80,69	68,40	59,87	42,53	21,61	10,75	13,18	19,86	24,32	13,10	12,82	13,64	13,59	14,64
Mais de 1 ano	80,09	92,96	86,06	35,96	13,90	14,42	14,96	21,57	18,55	14,87	13,29	13,28	12,02	11,79
Em moeda estrangeira														
Até 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,39	11,21	16,62	16,04	12,00	5,06	10,77	11,48	12,07
De 181 dias a 1 ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,29	10,64	12,03	8,20	8,29	5,12	8,15	6,43	2,65
Mais de 1 ano	8,93	9,61	10,21	0,00	0,00	8,90	8,72	8,47	9,28	8,35	5,71	5,11	6,91	6,08
DEPÓSITOS														
Em moeda nacional														
Depósitos à ordem	10,02	10,03	9,99	9,95	2,76	3,02	0,77	2,56	2,62	2,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos a prazo até 90 dias	40,96	26,66	14,48	5,11	3,76	7,43	4,47	13,28	8,51	4,39	3,09	3,45	3,50	5,02
Depósitos a prazo e 91 a 180 dias	59,65	28,00	28,19	15,64	2,82	7,79	10,86	12,21	12,07	5,67	3,77	3,89	4,40	5,24
Depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano	0,00	0,00	41,56	2,41	3,24	7,26	6,28	11,17	7,72	6,30	4,80	5,81	4,47	3,88
Depósitos a prazo mais de 1 ano	0,00	27,14		30,00	9,00	6,36	5,62	5,86	7,22	7,33	6,75	4,95	5,21	4,57
Em moeda estrangeira														
Depósitos à ordem	1,50	0,91	0,86	0,97	0,64	0,79	0,00	0,50	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos a prazo até 90 dias	1,40	1,05	1,02	1,61	3,01	5,25	4,71	4,28	2,35	2,35	1,80	2,01	1,89	2,26
Depósitos a prazo e 91 a 180 dias	1,53	0,57	0,56	2,85	3,58	4,27	4,83	4,62	3,68	3,12	2,40	2,33	2,05	2,45
Depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano	1,30	0,57	0,83	1,53	4,02	3,55	3,84	5,87	2,71	3,81	2,78	2,79	2,63	3,12
Depósitos a prazo mais de 1 ano		1,56	1,53	1,89	6,05	5,50	5,14	5,56	1,01	4,07	3,52	4,97	2,61	4,61

Fonte: BNA

Anexo V: Alocação do Crédito Por Sectores de Actividade

ALOCAÇÃO DO CRÉDITO AO S. PRIVADO POR SECTORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura.	1,2%	1,3%	0,4%	0,6%	0,9%	1,0%	1,1%	0,9%	2,0%	1,6%	2,8%	2,8%	4,1%	4,8%
B - Pescas	0,4%	1,1%	1,0%	0,9%	0,9%	0,4%	0,2%	0,9%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
C - Indústria Extrativa	1,4%	2,0%	0,5%	3,7%	8,6%	4,3%	3,4%	5,4%	2,3%	2,8%	4,2%	3,3%	1,9%	1,7%
D - Indústrias Transformadoras	5,7%	4,7%	3,0%	1,9%	4,7%	5,0%	4,5%	4,1%	8,2%	8,3%	8,3%	7,5%	7,8%	8,7%
E - Prod. e Distrib. de Electricidade, de Gás e de Água	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%	0,6%	0,3%	0,7%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,5%
F - Construção	2,5%	7,8%	4,9%	3,8%	5,8%	8,2%	6,7%	8,1%	7,8%	8,0%	10,1%	9,9%	10,9%	11,7%
G - Comércio por Grosso e a retalho	26,0%	23,1%	28,0%	8,3%	17,1%	19,6%	16,7%	18,0%	19,4%	16,9%	17,0%	17,0%	17,9%	20,3%
H - Alojamento e Restauração (Restaur. e Similares)	9,8%	7,4%	0,3%	0,4%	1,0%	1,2%	1,3%	0,9%	0,7%	0,7%	1,3%	1,5%	1,8%	1,9%
I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	3,2%	5,3%	3,7%	4,0%	7,9%	5,7%	4,2%	5,0%	3,8%	3,9%	2,8%	2,8%	1,8%	1,5%
J - Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensão	0,1%	0,1%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	4,3%	2,5%	2,1%	6,2%	1,7%
K - Activ. Imob., Alugueres e Serv. Prest. as Empresas	2,1%	4,3%	7,7%	6,1%	9,3%	11,4%	7,2%	6,6%	10,5%	14,8%	10,7%	11,0%	13,2%	13,9%
L - Administração Pública e Segurança Social Obrigatóri	4,9%	3,9%	1,1%	0,5%	0,7%	2,7%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
M - Educação	0,0%	1,4%	0,9%	0,1%	0,8%	1,3%	1,2%	4,7%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
N - Saúde e Acção Social	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%
O - Outras Activ. de Serv. Colect., Sociais e Pessoais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	16,2%	18,1%	21,8%	12,0%	14,4%
P - Famílias Com Empregados Domésticos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%
Q - Organismos Internacionais e Outras Instituições Extr	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,8%	2,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Z - Particulares	39,5%	33,6%	44,1%	47,3%	36,2%	38,1%	37,8%	20,7%	16,7%	16,8%	18,2%	19,3%	21,3%	18,0%
Outros Valores Não Classificados	3,1%	4,0%	3,5%	22,4%	6,0%	0,6%	12,0%	21,5%	3,7%	2,5%	3,1%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%													
5 Maiores Sectores de Actividade (D+F+G+K+Z)	75,8%	73,5%	87,8%	67,4%	73,0%	82,2%	72,8%	57,5%	62,7%	64,8%	64,2%	64,7%	71,1%	72,5%
Restantes 14 Sectores de Actividade	24,2%	26,5%	12,2%	32,6%	27,0%	17,8%	27,2%	42,5%	37,3%	35,2%	35,8%	35,3%	28,9%	27,5%
CRÉDITO TOTAL AO SECTOR PRIVADO	100%													

Fonte: Dados do BNA – Elaboração Própria